

JORGE LUIZ ALVES

**GESTÃO PARTICIPATIVA: ESCOLA E COMUNIDADE INTEGRADA NA BUSCA
DE UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE**

CURITIBA

2009

JORGE LUIZ ALVES

**GESTÃO PARTICIPATIVA: ESCOLA E COMUNIDADE INTEGRADA NA BUSCA
DE UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, requisito para obtenção do Certificado de Especialista em Gestão e Formulação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Blênio César Severo Peixe

CURITIBA

2009

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão primeiramente a Deus, por todas as graças que me foram concedidas.

Agradeço a minha esposa Sonia Maria pelo estímulo e compreensão, e em especial, aos nossos netos João Pedro e Ana Beatriz, que por inúmeros finais de semana ficaram privados de nossos momentos de lazer face os compromissos com o curso e com o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

A todos os colegas e professores do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Formulação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, que foram importantes incentivadores durante o curso. Em especial, ao representante, Vanderley Rothenburg por sua dedicação e empenho frente aos interesses e à união do grupo, bem como à sua demonstração de companheirismo e amizade.

Faço agradecimento especial também, aos colegas e amigos Marisa Tsubouchi da Silva e Canísio Miguel Moroch que estiveram sempre juntos e solidários em trabalhos e atividades didático-pedagógicas e avaliações propostas a cada nova disciplina.

Finalmente, expresso sinceros e cordiais agradecimentos ao Sr. Professor Doutor Luiz Panhoça, membro da banca avaliadora, pela forma singela e sábia com que emitiu seu parecer avaliativo, cujas palavras me serviram como fonte de inspiração e motivação, até então, adormecidas como conseqüências das adversidades oriundas de práticas sociais vividas.

PENSAMENTO

“Ninguém disciplina ninguém. Ninguém se disciplina sozinho. Os homens se disciplinam em comunhão, mediados pela realidade”.

Paulo Freire

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Escolaridade	68
Gráfico 2: Renda familiar	70
Gráfico 3: Transporte	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de Alunos Matriculados, por Sexo	67
Quadro 2: Escolaridade.....	67
Quadro 3: Renda familiar.....	69
Quadro 4: Transporte.....	70

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1: Estrutura da Gestão do Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira.....	61
---	-----------

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I: Questionário sobre o Perfil Socioeconômico das Famílias dos Alunos..	84
Apêndice II: Questionário sobre o Perfil Socioeconômico dos Alunos.....	88
Apêndice III: Quadro de Levantamento de Dados.....	92

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Educação Profissional.....	100
Anexo II: Ensino Superior.....	102

Gestão Participativa: Escola e Comunidade na Busca de uma Educação Básica de Qualidade

Autor: Jorge Luiz Alves

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cesar Severo Peixe

RESUMO

ALVES, J. L. Gestão Participativa: escola e comunidade integrada na busca de uma educação básica de qualidade. A gestão participativa é entendida como forma regular e significativa de envolvimento de professores, funcionários, especialistas, pais, alunos e da sociedade como um todo, no movimento do processo decisório da instituição escolar. Ressalte-se que, em instituições democraticamente administradas, todos os segmentos são envolvidos no estabelecimento dos objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, entre outros. Neste trabalho objetiva-se apresentar uma proposta para sensibilizar a comunidade local na busca de uma maior integração com a escola. Motivar a participação da comunidade junto à escola faz minimizar o distanciamento que há entre estas duas instituições sociais, permite a elaboração de estratégias necessárias para enfrentamento de conflitos existentes. Como desenvolver estratégias de gestão e políticas públicas capazes de resgatar princípios e valores positivos, assim como sensibilizar a comunidade escolar para uma participação mais efetiva, a fim de promover o bem-estar no convívio familiar e escolar. Com a participação, colaboração e apoio de todos, escola, pais, alunos e de toda a comunidade escolar no processo educativo, tornará possível o resgate de princípios e valores necessários à reconstrução e consolidação de ações mais justas no seio desta comunidade. Portanto, o problema desta pesquisa funda-se na questão de como estabelecer um programa de educação fundado em valores humanos, onde o autoconhecimento e a vivência dos valores sejam preponderantes para que: professores, pais, alunos e escola possam assumir um modelo de sociedade menos injusta.

Palavras-chave: Gestão Participativa, Educação, Comunidade.

e-mail: jorgefcoalves@hotmail.com

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	II
PENSAMENTO.....	III
LISTA DE GRÁFICOS.....	IV
LISTA DE QUADROS.....	V
LISTA DE ORGANOGRAMA.....	VI
LISTA DE APÊNDICES.....	VII
LISTA DE ANEXOS.....	VIII
RESUMO.....	IX
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1. PRINCIPAIS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO.....	15
2.2. CLASSIFICAÇÃO DO ENSINO.....	19
2.2.1 Educação Infantil.....	20
2.2.2 Ensino Fundamental.....	20
2.2.3 Ensino Médio.....	22
2.2.4 Educação Profissional.....	25
2.2.5 Ensino Superior.....	25
2.3. PRINCIPAIS ESTUDIOSOS DO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM.....	25
2.3.1 Teoria de J. Piaget.....	25
2.3.2 Teoria de B. F. Skinner.....	26
2.3.3 Teoria de Jerome Bruner.....	27
2.3.4 Johann Heinrich Pestalozzi.....	28
2.3.5 Teoria de Rubem Alves.....	28
2.4. PRINCIPAIS METODOLOGIAS UTILIZADAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	29
2.4.1 Abordagem Tradicional.....	29
2.4.2 Abordagem Comportamentalista.....	29
2.4.3 Abordagem Humanística.....	30

2.4.4 Abordagem Cognitivista.....	31
2.4.5 Abordagem Sócio-Cultural.....	32
2.5. DEFINIÇÃO DE GESTÃO.....	32
2.5.1 Gestão.....	33
2.5.2 Gestão Participativa.....	34
2.5.3 Gestão Escolar.....	35
2.6. COMUNIDADE.....	39
2.7. BUSCA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE JUNTO À ESCOLA.....	41
2.8. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	44
3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO.....	48
3.1. TIPO DE PESQUISA.....	49
3.1.1 Pesquisa Bibliográfica.....	50
3.1.2 Pesquisa de Campo.....	51
3.2. NATUREZA DA PESQUISA.....	51
3.3. QUANTO À ABORDAGEM, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS.....	53
4. ESTUDOS DE CASO DO COLÉGIO ESTADUAL PROF^a MARIA DE AGUIAR TEIXEIRA.....	56
4.1. LOCALIZAÇÃO.....	56
4.1.1 Breve Histórico do Estabelecimento de Ensino.....	56
4.1.2 Finalidades e Objetivos do Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira.....	57
4.2. ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	57
4.2.1 Ensino Fundamental de 5 ^a a 8 ^a Séries.....	57
4.2.2 Ensino Médio.....	58
4.2.3 Ensino Profissional.....	59
4.2.4 Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento.....	59
4.3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE/ PERFIL.....	60
4.4. ESTRUTURA DA GESTÃO DA ESCOLA.....	61
4.4.1 Organização do Trabalho Pedagógico.....	62
4.4.2 Conselho Escolar.....	62
4.4.3 Equipe de Direção.....	63
4.4.4 Conselho de Classe.....	63

4.4.5 Equipe Pedagógica.....	64
4.4.6 Equipe Docente.....	65
4.4.7 Equipe Técnico-Administrativa e Assistente de Execução.....	65
4.4.8 Auxiliar Operacional.....	65
4.4.9 Órgãos Colegiados de Representação da Comunidade Escolar.....	66
4.5. Consolidação e Análise das Informações.....	67
4.6. Proposta para Resgatar a Interação Escola e Comunidade.....	72
4.6.1 Aproximação entre Comunidade e Escola: conhecer a realidade.....	72
4.6.2 Práticas e Ações visando uma Gestão Participativa na Escola.....	74
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	76
6. REFERÊNCIAS.....	78
7. APÊNDICES.....	83
7.1. Apêndice I – Questionário Sobre o Perfil Socioeconômico das Famílias dos Alunos.....	84
7.2. Apêndice II – Questionário Sobre o Perfil Socioeconômico dos Alunos....	88
7.3. Apêndice III – Quadro de Levantamento de Dados	92
8. ANEXOS.....	99
8.1. Anexo I – Educação Profissional.....	100
8.2. Anexo II – Ensino Superior.....	102

1. INTRODUÇÃO

A adoção de uma Gestão Participativa como estratégia para a administração de políticas públicas e instituições sociais, como a Escola, por exemplo, é tomada como objeto de estudo do projeto que se apresenta.

O distanciamento entre comunidade e escola exige a elaboração de estratégias de gestão e políticas públicas que permitam promover a interação necessária para enfrentamento de conflitos sociais existentes e que nela se refletem.

Na atual conjuntura socioeconômica e dentro do instrumento para aplicação do trabalho, é possível perceber que a instituição escolar vivencia momentos críticos, face às conseqüentes transformações e inovações tecnológicas do mundo moderno, envolvendo desde as políticas públicas educacionais até os alunos, um dos principais agentes envolvidos dentro deste processo histórico. Não obstante, deparar-se com situações de indisciplina, de desinteresse e de violência de um público que se vê sem grandes perspectivas de futuro.

Encontrar um meio de integração entre a instituição escolar e a comunidade, na tentativa de reconstruir algumas das estruturas que não são fornecidas satisfatoriamente pelo poder estatal, é um grande desafio. Como desenvolver estratégias de gestão e políticas públicas capazes de resgatar princípios e valores positivos; como sensibilizar a comunidade escolar para uma participação mais efetiva, a fim de promover o bem-estar no convívio familiar e escolar; como estabelecer um programa de educação fundado em valores humanos, onde o autoconhecimento e a vivência destes sejam preponderantes para que professores, pais, alunos e escola possam assumir um modelo de sociedade menos injusta, são questionamentos e problemáticas norteadoras para propostas a serem apresentadas ao final da pesquisa.

Assim sendo, delimitou-se, como objetivo geral deste estudo, a apresentação de uma proposta para sensibilizar a comunidade local na busca de uma maior integração com a escola. Para alcançar tal intento, buscou-se atingir as seguintes etapas, esboçadas nos seguintes objetivos específicos: fundamentar teoricamente, através de pesquisa bibliográfica, a relação escola e comunidade; levantar o perfil

socioeconômico das famílias; verificar aspectos relacionados a formação dos pais dos alunos da escola; consolidar o levantamento de informações pela análise e caracterizar o perfil socioeconômico, cultural e principais demandas das famílias e apresentar relatório consubstanciado com as informações levantadas e proposta para resgatar a interação escola e comunidade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste item abordam-se os seguintes pontos pela relevância do estudo: principais conceitos de educação, classificação do ensino, principais estudiosos do processo ensino-aprendizagem, principais metodologias utilizadas no processo ensino-aprendizagem, definição de gestão, comunidade, educação de qualidade e perfil socioeconômico.

2.1. PRINCIPAIS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO

A partir do século XX, com as duas guerras mundiais, a crise de 1929, a queda do socialismo, entre outros acontecimentos fundadores, o pensamento transforma-se e a visão de progresso se modifica, criando assim ambiente para o desenvolvimento de um pensamento diferente sobre o futuro. Esses discursos sobre o progresso tomam contorno no final do século XVIII, na forma de uma teoria do progresso, onde, por exemplo, a capacidade do homem em conhecer e intervir na natureza de acordo com seus interesses, assim como a luta e a competição, seria o motor do progresso moral e político. Ideal de Progresso que pertence a um momento de quebra da tradição representada pelo Antigo Regime, ou seja, as crises e as revoluções são interpretadas como sinais de novas possibilidades. E partindo do pressuposto que vivemos em um novo momento, nutrido da idealização de progresso – positiva ou não – e desenvolvimento tecnológico, o qual só pode ser alcançado através da educação, percebemos que o papel do ensino ganha cada vez mais destaque, mesmo que as políticas públicas, como as do Brasil, não acompanhem de maneira prática essas alterações.

De acordo com JEREMY RIFKIN (2005, p.13), “O mundo hoje está em meio a uma transformação fundamental na natureza do trabalho, ou seja, saindo da era industrial e entrando na era da informação. Computadores sofisticados, tecnologias

de telecomunicações, robôs e outras máquinas inteligentes já vêm tomando o lugar de várias categorias de trabalho em seus países”.

As práticas de educação popular também se constituem em mecanismos de democratização, demonstrando os valores de *solidariedade* e de *reciprocidade* e formas alternativas de produção e de consumo, sobretudo as práticas de educação popular comunitária, muitas delas voluntárias.

Pode-se entender educação como uma perspectiva de construir uma consciência acerca da realidade, que permita o crescimento qualitativo da pessoa humana, a partir do seu nascimento, através do aprimoramento do saber teórico e prático, até a fase conclusiva da sua vida.

LUCK (1988, p. 09) afirma que “a escola tem por função promover a melhoria da sua comunidade pela educação dos seus filhos e, ao fazê-lo, recebe influência dessa comunidade adaptando seus objetivos, programas, métodos, técnicas e suas necessidades”.

A educação como um processo de comunicação que conjuga a ação dos seus profissionais e a vontade de aprender do educando, tem por objetivo preparar o indivíduo para uso de sua liberdade e iniciativa, para melhor viver em sociedade.

Segundo BUFFA (1987, p.7), “a educação não é uma precondição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição”.

A educação é obrigação e compromisso de todos os segmentos da sociedade. Dentre as instituições sociais educativas, a escola tem exercido a função social básica de transmissão do saber sistematizado.

No Brasil de hoje, assim como em muitos outros países democráticos, a função da escola básica de transmitir o saber sistematizado não é um fim em si mesmo, mas, “o meio para atingir a finalidade de desenvolver o educando de maneira plena, de preparar-lhe para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (LDB, 1997, artigo 22)

Durkheim foi quem primeiro definiu o conceito de educação escolar moderna. Os pensadores que o precederam diziam como a educação deveria ser; disse o que a educação é.

Para DURKHEIM (2001, p.52), “A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio especial ao qual está particularmente destinada”.

Constitui a educação básica: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação básica para as crianças pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não-formal) que vai, geralmente, desde cerca dos três anos de idade até os doze.

Segundo DELORS (2001, p.125), “a educação básica é um indispensável ‘passaporte para a vida’ que, fazendo com que os que dela se beneficiam possam escolher o que pretendem fazer, possam participar na construção do futuro coletivo e continuar a aprender”.

Afirma também DELORS (2001, p.125) que: “a educação básica é essencial se quisermos lutar com êxito contra as desigualdades quer entre sexos, quer no interior dos países ou entre eles. É a primeira etapa a ultrapassar para atenuar as enormes disparidades que afligem muitos grupos humanos: mulheres, populações rurais, pobres das cidades, minorias étnicas marginalizadas e milhões de crianças não escolarizadas que trabalham”.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, no seu artigo 227, expressa valores como: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão”.

Já o artigo 205 do mesmo diploma legal estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Contudo, é possível observar uma grande distância entre os preceitos constitucionais e a sua efetiva aplicação prática. Embora muitas políticas públicas estejam sendo destinadas à educação, ainda tornam-se insuficientes para atender

as necessidades do país, face ao contexto socioeconômico atual. A evasão escolar, mesmo nas séries iniciais, a dificuldade ou até mesmo a falta de acesso à escola para muitas crianças e adolescentes, o baixo rendimento escolar e a negligência por parte da família e do poder público, servem de exemplos e demonstram a ineficiência histórica no Brasil, da aplicação e execução das normas.

BUFFA afirma que:

Sendo a educação um dos direitos do cidadão, as alternativas que se oferecem à população é uma rede escolar insuficiente em todos os sentidos. Para os alunos considerados carentes, os projetos que surgem têm caráter meramente assistencialista. A questão do analfabetismo no Brasil continua sem resposta. Muitos brasileiros são analfabetos por completo e outros, embora sabendo desenhar e escrever algumas palavras, não compreendem o que fazem, não sabem o que escrevem ou o que desenham, outros ainda apenas sabem escrever o seu nome. (BUFFA, 1987, p.14)

DELORS (2001, p.127), observa que “a educação básica é, ao mesmo tempo, uma preparação para a vida e o melhor momento para aprender a aprender”.

A crise porque passa a educação é muito séria. O quadro que se apresenta nos revela as condições precárias tanto na estrutura física das escolas quanto na sua organização didático-pedagógica, como também o fator motivacional dos profissionais da educação, pela falta de reconhecimento e valorização.

TELES acredita que:

A educação deveria proporcionar consciência crítica, ou seja, aquela que examina os fatos com profundidade, que aceita as mudanças da realidade, que busca princípios casuais autênticos [...] que avalia, reavalia, que não possui preconceitos, que não concorda com a passividade, [...] aceita a responsabilidade, é indagada, investiga, força, choca, ama e nutre-se do diálogo e aceita o novo, assim, como o velho, na medida em que são válidos. (TELES, 1992, p.17)

Neste mesmo sentido, FREIRE (1983, p.26) afirma que, “o indivíduo que compreende o meio em que vive, tem condições de questionar a vida como um todo e de buscar solucionar os problemas que aparecem”.

O papel da educação, portanto, é o de formar a personalidade do ser humano e nele desenvolver competências e habilidades, para que possa exercer sua cidadania. A educação deve também formar o cidadão para o trabalho.

De acordo com RODRIGUES (1986, p.96), “propiciar-lhe o acesso aos valores da civilização e o contato com o desenvolvimento científico e tecnológico”.

As características da sociedade que se têm hoje são frutos de uma educação que apresenta os reflexos de problemas não resolvidos no passado.

Segundo FREIRE (1983, p.33), “todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e corporifica-se no presente. Temos que saber o que fomos e o que somos para saber o que seremos”.

Os questionamentos com relação à situação da educação do Brasil são muitos e poucas vêm sendo as ações eficazes para melhorar. A partir do momento em que as famílias, o setor político, econômico, cultural e a sociedade, de uma forma geral, tomar consciência da importância da educação, possibilitando a todos o acesso à escola, certamente os brasileiros se transformarão em cidadãos mais aptos a interagir em sociedade.

Para STEIN (1985, p.51), “[...] escola para todos seria uma educação democrática, se todos fossem livres e tivessem oportunidade de criticar e questionar os conteúdos numa tentativa de reformar a escola no sentido de preparar os cidadãos para enfrentarem os problemas sociais na medida em que aparecem”.

Liberdade implica responsabilidade e quem vive em sociedade deve conhecer os limites que lhe são impostos de forma natural. Por isso que a participação da comunidade na educação deve ser acompanhada pela responsabilidade e ação do Estado.

2.2. CLASSIFICAÇÃO DO ENSINO

De acordo a LDB nº 9394/96, a Educação Escolar divide-se em educação básica e educação superior. O Ensino Fundamental, juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, compõe a Educação básica.

2.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil corresponde ao espaço dos primeiros desafios, do levantamento de hipóteses e da busca de respostas. Nessa fase, a intervenção do professor é fundamental para mediar os saberes trazidos pelas crianças e relacioná-los a recursos didáticos como livros, atividades lúdicas, jogos pedagógicos, computadores e outras mídias.

O Título V, capítulo II, seção II da Lei nº 9.394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamenta a Educação Infantil, conforme preceituam os artigos:

Art.29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art.30 - A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art.31 - Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

2.2.2 Ensino Fundamental

De acordo com a LDBN, o Ensino Fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão. É obrigatório para todas as crianças na faixa etária entre 7 e 14 anos e jornada escolar anual de 800 horas-aula, distribuídas em 200 dias letivos. A meta de cada escola de ensino fundamental é fornecer ao aluno acesso à base comum nacional e à parte diversificada, o que inclui as características regionais da sociedade, da cultura, da economia e do cotidiano do aluno.

O Ensino Fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios

básicos, o pleno domínio da leitura e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

a) série de 1ª a 4ª

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecidos pelo MEC, redefiniram os conteúdos do Ensino Fundamental. Propuseram também novas maneiras de abordá-los. Por isso a necessidade de estudos e compreensão do que se pretende com o processo de ensino e aprendizagem.

É fundamental um referencial para o ensino e aprendizado dos conteúdos científicos e escolares de acordo com cada nível de ensino. É preciso ressaltar, que nesta fase (1ª a 4ª série) a importância do estudo por comparação, visto que os alunos ainda estão num estágio operatório-concreto. Eles precisam ter os objetos, através de suas imagens, sempre presente na mente para poder pensar sobre eles.

Esse é o período em que é absolutamente necessária uma constante busca das experiências vividas pelos alunos em cada conteúdo analisado. O próprio conteúdo adquire significado para as crianças à medida que se liga com as suas concepções prévias ou espontâneas. O conteúdo precisa estar intimamente relacionado a experiências do aluno.

b) 5ª a 8ª série

Para que se efetive um trabalho no qual professor e aluno tenham autonomia, possam pensar e refletir sobre o seu próprio processo de construção de conhecimentos e tenham acesso a novas informações deve-se observar questões fundamentais e específicas desta fase em que os alunos passam gradativamente do estágio operatório-concreto para o pensamento formal. Com isso cabe aos professores propiciar questões, atividades, etc. Em que os agentes do processo ensino-aprendizagem possam: dialogar, duvidar, discutir, questionar, compartilhar

informações, e que se haja espaço para transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade.

A qualidade do trabalho pedagógico está associada à capacidade de promoção de avanços no desenvolvimento do aluno, destacando-se a importância do papel do professor no processo ensino-aprendizagem, assim como a relevância da proposta pedagógica adotada pela escola.

Com isso é importante que tenha em conta que, qualquer que seja o conteúdo, ele nunca é um fim em si mesmo, e, sim, apenas um pretexto para se aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento, para se compreender que aprender não é reproduzir verdades alheias, mas sim, aprender a olhar para o mundo colhendo dados, interpretando-os, transformando-os e tirando conclusões.

Só assim é possível formar cidadãos críticos, competitivos e capacitados o bastante para serem agentes transformadores de sua própria vida e da realidade que os cerca.

Parâmetros Curriculares – Fornecendo subsídios teóricos e metodológicos que devem ser analisados e interpretados pelas equipes pedagógicas das escolas, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são as orientações e referências do MEC para cada etapa do ensino fundamental e médio no Brasil. Os PCN de 1ª a 4ª séries foram publicados em 1997, os de 5ª a 8ª, em 1998, e os do ensino médio em 1999.

Temas transversais – Além das áreas de conhecimento tradicionais, os PCNs propõem a discussão de temas como Saúde, Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo, consideradas fundamentais para o exercício da cidadania. Chamados de temas transversais, esses assuntos devem servir de base para outras atividades da escola.

2.2.3 Ensino Médio

Como etapa final da Educação Básica, no Ensino Médio o jovem deve, mais do que dominar conteúdos, aprender a se relacionar com o conhecimento de forma ativa, construtiva e criadora. Para isso, o currículo do Ensino Médio ancora-se nos

seguintes princípios pedagógicos: identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade e contextualização

As diretrizes curriculares nacionais, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil têm colocado - em consonância com uma tendência mundial - a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual. Isso implica em uma mudança muito grande por parte da escola, que sem dúvida tem que ser preparada para ela.

A LDB, Lei n.º 9.394/96, tem como proposta o fim da dualidade entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Nem todas as análises realizadas pelos estudiosos concordam que essa proposta tenha sido atingida, ou que possa ser atingida da forma em que foi formulada e tem sido implantada. Por enquanto, trataremos aqui, das versões oficiais da LDB no que tange a essa proposta.

Assim, os sistemas e os estabelecimentos de ensino médio deverão criar e desenvolver, com a participação da equipe docente e da comunidade, alternativas institucionais com identidade própria, baseadas na missão de educar o jovem, usando ampla e destemidamente as várias possibilidades de organização pedagógica, espacial e temporal, e de articulações e parcerias com instituições públicas ou privadas, previstas na LDB, para formular políticas de ensino focalizadas nessa faixa etária. Elas terão de contemplar a formação básica, incluindo a preparação geral para o trabalho, inclusive, integrando as séries finais do ensino fundamental com o ensino médio, em virtude da proximidade de faixa etária do alunado e das características comuns de especialização disciplinar que esses segmentos de ensino guardam entre si.

As diretrizes do novo ensino médio colocam a escola como agente principal na definição do currículo, o professor como agente transformador e o estudante, o cidadão-alvo de toda mudança. Essas diretrizes estão definidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como já citados acima, guias para orientar a escola e os professores na aplicação do novo modelo. Ao dispor os conteúdos de forma interligada por área, os Parâmetros Curriculares Nacionais criam os caminhos para atingir o objetivo de levar ao estudante conhecimentos capazes de torná-lo uma

pessoa crítica, versátil e hábil para continuar aprendendo e se adaptando às constantes exigências do mundo globalizado.

A organização curricular do ensino médio deve ser orientada por alguns pressupostos: visão orgânica do conhecimento, afinada com as mudanças surpreendentes que o acesso à informação está causando no modo de abordar, analisar, explicar e prever a realidade, tão bem ilustradas no hipertexto que cada vez mais entremeia o texto dos discursos, das falas e das construções conceituais; disposição para perseguir essa visão, organizando e tratando os conteúdos do ensino e as situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo; abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do ensino e as situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria com suas conseqüências e aplicações práticas; reconhecimento das linguagens como formas de constituição dos conhecimentos e das identidades; reconhecimento e aceitação de que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

Os conteúdos devem ser vistos como meios para constituição de competências e não como fins em si mesmos, o trabalho do raciocínio deve prevalecer sobre o da memória e o conhecimento deve ser experimentado pelo aluno e não apenas transmitido a ele. Enfim, o aluno deverá ser capacitado a constituir competências, habilidades e disposições de condutas que lhe tornem possível a inserção na sociedade de uma forma produtiva, crítica e criativa, e não simplesmente ser um depósito de informações.

Com as novas diretrizes, fica mais clara a responsabilidade da escola - e do professor - de estruturar o seu programa de ensino. Um programa dinâmico, que não esteja preso a moldes pré-formados ou seguindo rigidamente um livro didático. Um programa que esteja de acordo com a realidade local e com as necessidades imediatas dos alunos. Essa liberdade dada ao professor é certamente muito positiva, mas exige preparo e trabalho.

2.2.4 Educação Profissional

A Educação Profissional destaca-se como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial. Os desafios estão relacionados aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das organizações que, agora, enfrentam mercados globalizados, extremamente competitivos. Com isso, surgem também novas exigências em relação ao desempenho dos profissionais.

Dessa forma, a educação não poderia ficar alheia a essas transformações, passando a oferecer cursos que favoreçam a perspectiva de melhoria na qualidade de vida e facilitem o acesso de jovens e adultos ao mercado de trabalho (Anexo 4).

2.2.5 Ensino Superior

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) contempla o Ensino Superior mediante os artigos 43 a 57, trazendo em seu bojo suas principais finalidades, abrangência, estrutura e funcionamento (Anexo 5).

2.3. PRINCIPAIS ESTUDIOSOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Neste tópico do trabalho de pesquisa, procura-se apresentar alguns dos principais teóricos do processo ensino-aprendizagem.

Pode-se entender por aprendizagem, uma constante busca de significados. Busca esta que ocorre a partir dos acontecimentos já vividos pelos alunos, e qual significado procuram construir.

2.3.1 Teoria de J. Piaget

Conforme a teoria de Piaget há a aprendizagem quando ocorrem os processos de adaptação: assimilação e acomodação, ou seja, o sujeito aprende

através da sua interação com o objeto e da sua percepção do meio, assimilando as novas informações, de forma que estas se acomodem e mudem suas estruturas cognitivas.

Sobre a teoria de Piaget, MOREIRA, assim se refere:

[...] a teoria de Piaget não é propriamente uma teoria de aprendizagem e sim uma teoria de desenvolvimento mental. Piaget não enfatiza o conceito de aprendizagem, talvez por não concordar com a definição usual de 'modificação do comportamento resultante da experiência'. Esta definição traz consigo uma idéia de dependência passiva do meio ambiente, enquanto que, segundo Piaget, na assimilação o organismo se impõe ao meio (na acomodação, a mente se reestrutura para adaptar-se ao meio). Piaget prefere, então, falar em 'aumento do conhecimento', analisando como isto ocorre: só há aprendizagem (aumento de conhecimento) quando o esquema de assimilação sofre acomodação. (MOREIRA, 1985, p.55)

Para Piaget, aquilo que uma criança pode aprender é determinado pelo seu nível de desenvolvimento cognitivo, enquanto que para Vygotsky o desenvolvimento cognitivo é condicionado pela aprendizagem. Dessa forma, mantém uma concepção que mostra a influência permanente da aprendizagem na forma em que se produz o desenvolvimento cognitivo. Segundo ele, um aluno que tenha mais oportunidade de aprender que o outro irá adquirir mais informação e alcançará um desenvolvimento cognitivo melhor.

2.3.2 Teoria de B. F. Skinner

Segundo MOREIRA (1985, p.10), "a abordagem skinneriana não leva em consideração o que ocorre dentro da mente do indivíduo durante o processo de aprendizagem. O que interessa é o comportamento observável":

Ele (Skinner) não está preocupado com processos intermediários, mas sim com o controle do comportamento observável por meio das respostas do indivíduo. Isso não significa negar que esses processos existam, mas que ele acredita serem eles neurológicos em sua natureza e que obedecem a certas leis. Desde que são previsíveis e obedecem a leis que podem ser identificadas, esses processos intermediários geram e mantêm relações funcionais entre as variáveis que o compõem, quais sejam, variáveis de 'input' e variáveis de 'output' (Estímulos e Respostas). (OLIVEIRA, 1973, p.49)

Para Skinner, conforme OLIVEIRA, “o reforço [positivo] e as contingências de reforço têm papel preponderante na aprendizagem”:

Skinner não enfatiza a análise de estímulos. Para ele o importante é não concentrar-se no lado dos estímulos, mas sim do lado do reforço, sobretudo nas contingências de reforço. Isso também significa que, numa situação de aprendizagem, a partir das respostas do sujeito e a partir do reforço estabelecido para essa resposta é que vamos analisar a probabilidade daquela resposta ocorrer novamente e, assim, controlar o comportamento. Para Skinner, aprendizagem ocorre devido ao reforço. Não é a presença do estímulo ou a presença da resposta que leva à aprendizagem, mas sim, a presença das contingências de reforço. O importante é saber arranjar as situações de maneira que as respostas dadas pelo sujeito sejam reforçadas e tenham sua probabilidade de ocorrência aumentada. (OLIVEIRA, 1973, p.50 e 51)

2.3.3 Teoria de Jerome Bruner

Sobre Bruner, conforme consideração feita por MOREIRA:

[...] é talvez mais conhecido por ter dito que ‘é possível ensinar qualquer assunto, de uma maneira honesta, a qualquer criança em qualquer estágio de desenvolvimento’, do que por qualquer outro aspecto de sua teoria. Ao dizer isso, no entanto, ele não quis dizer que o assunto poderia ser ensinado em sua forma final, e sim que seria sempre possível ensiná-lo desde que se levasse em consideração as diversas etapas do desenvolvimento intelectual. Cada uma dessas etapas é caracterizada por um modo particular de representação, que é a forma pela qual o indivíduo visualiza o mundo e explica-o a si mesmo. Assim, a tarefa de ensinar determinado conteúdo a uma criança, em qualquer idade, é a de representar a estrutura deste conteúdo em termos da visualização que a criança tem das coisas. (MOREIRA, 1985, p.37)

O teórico Jerome Bruner aponta que, a idéia de desenvolvimento intelectual ocupa um lugar fundamental em sua teoria, pois, para ele “ensinar é, em síntese, um esforço para moldar o desenvolvimento” e “uma teoria de ensino versa, com efeito, sobre as várias maneiras de auxiliar o desenvolvimento”. (1969, p.15)

MOREIRA (1985, p.38), destaca que: “ao se referir à natureza do desenvolvimento intelectual, ele considera, entre outros, os seguintes aspectos:

O desenvolvimento intelectual caracteriza-se por independência crescente da resposta em relação à natureza imediata do estímulo.

O desenvolvimento intelectual baseia-se em absorver eventos, em um sistema de armazenamento que corresponde ao meio ambiente.

O desenvolvimento intelectual é caracterizado por crescente capacidade para lidar com alternativas simultaneamente, atender a várias seqüências ao mesmo tempo, e distribuir tempo e atenção, de maneira apropriada, a todas essas demandas múltiplas. (1969, p.19,21)

2.3.4 Johann Heinrich Pestalozzi

A revista Nova Escola, traz matéria sobre aprendizagem, abordando a teoria de Pestalozzi:

A criança, na visão de Pestalozzi, se desenvolve de dentro para fora, idéia oposta à concepção de que a função do ensino é preenchê-la de informação. Para ele um dos cuidados principais do professor deveria ser respeitar os estágios de desenvolvimento pelos quais a criança passa. Dar atenção à sua evolução, às suas aptidões e necessidades, de acordo com as diferentes idades, era para Pestalozzi, parte de uma missão maior do educador, a de saber ler e imitar a natureza, em que o método pedagógico deveria se inspirar.

Para o pensador suíço, o aprendizado seria, em grande parte, conduzido pelo próprio aluno, com base na experimentação prática e na vivência intelectual, sensorial e emocional do conhecimento. É a idéia do aprender fazendo. O método deveria partir do conhecido para o novo e do concreto para o abstrato, com ênfase na ação e na percepção dos objetos, mais do que nas palavras. O que importava não era tanto o conteúdo, mas o desenvolvimento das habilidades e dos valores. (NOVA ESCOLA, 2004, p.36)

2.3.5 Teoria de Rubem Alves

Em outra edição da revista Nova Escola, também sobre aprendizagem, é referenciada a abordagem de Rubem Alves:

A aprendizagem precisa estar ligada às situações vividas, caso contrário tudo é esquecido. Para ele, o corpo é muito mais inteligente do que a cabeça e ele carrega duas caixas. Uma é a “caixa de ferramentas”, com tudo de que precisamos para resolver questões práticas. Só carregamos as ferramentas necessárias para as situações que estamos vivendo. Então o corpo seleciona o que é realmente útil. Na segunda caixa estão os brinquedos, tudo aquilo que, não sendo útil, nos dá prazer e alegria: música, poesia, literatura, pintura, culinária, a capacidade de contemplar a natureza, de identificar a beleza nos jardins. Essas coisas não servem pra nada, mas compõem a felicidade humana. Quem não as tem é uma pessoa bruta, sem sensibilidade.

Quando as ferramentas são apresentadas de maneira abstrata e divorciada da vida, perde o sentido, e não há aprendizagem. (Nova Escola, 2002 pag. 45)

2.4. PRINCIPAIS METODOLOGIAS UTILIZADAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Nos subitens que se seguem, procura-se demonstrar algumas das principais abordagens metodológicas do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com determinada teoria, proposta ou abordagem do processo ensino-aprendizagem, privilegia-se um ou outro aspecto do fenômeno educacional.

Segundo MOREIRA (1985, p.6), “de um modo geral, podem-se distinguir três grandes enfoques teóricos ao processo ensino-aprendizagem: o comportamentalista, o cognitivista e o humanístico”.

MIZUKAMI (1986, p.9), considera que provavelmente tenham sido cinco as abordagens: abordagem tradicional, abordagem comportamentalista, abordagem humanista, cognitivista e a sócio-cultural.

2.4.1 Abordagem Tradicional

Para SNYDERS (apud MIZUKAMI, 1986, p.8), “o ensino tradicional é o ensino verdadeiro, onde a atividade de ensinar está centrada no professor que a expõe e interpreta, conduzindo o aluno ao contato com as grandes realizações da humanidade e da cultura em geral”.

A metodologia baseia-se com freqüência em aulas expositivas e em demonstrações do professor, tendo como medida de avaliação da aprendizagem, a reprodução do conteúdo pelo aluno. A ênfase não é dada ao educando, e sim ao professor com o intuito de garantir a aquisição do conteúdo cultural pelo aluno.

2.4.2 Abordagem Comportamentalista

Segundo MIZUKAMI (1986, p.31-32), “a aprendizagem na abordagem comportamentalista encontra-se na organização dos elementos para as experiências curriculares. Assim, a aprendizagem será garantida pela sua programação, incluindo

a aplicação da tecnologia educacional, estratégias de ensino e formas de reforço no relacionamento professor-aluno”.

Na concepção de MOREIRA:

A corrente comportamentalista considera o aprendiz como um ser que responde a estímulos fornecidos pelo ambiente externo. Limita-se ao estudo de comportamentos manifestos e mensuráveis que podem ser controlados por suas conseqüências. Não leva em consideração o que ocorre dentro da mente do indivíduo durante o processo de aprendizagem, pois tem como premissa que o estudo do comportamento não depende de conclusões sobre o que se passa dentro do organismo. (MOREIRA, 1986, p.6)

2.4.3 Abordagem Humanística

Para MOREIRA:

A orientação humanística vê o ser que aprende primordialmente como pessoa. O importante é auto-realização da pessoa, o crescimento pessoal. O indivíduo é visto como um todo, não só intelecto. Ele é a fonte de todos os atos e é essencialmente livre para fazer escolhas em cada situação. Seu comportamento é o reflexo observável disso. Nesse enfoque, a aprendizagem não se limita a um aumento de conhecimentos, ela é penetrante e influi nas escolhas do aprendiz. O ensino deve facilitar este tipo de aprendizagem. (MOREIRA, 1986, p.6)

Nesta tendência o enfoque central é o aluno. Segundo MIZUKAMI:

A ênfase se dá nas relações interpessoais e no crescimento que delas resulta, centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo. O professor em si não transmite conteúdo, dá assistência, sendo um facilitador da aprendizagem. O conteúdo advém das próprias experiências dos alunos, assim o professor não ensina: apenas cria condições para que os alunos aprendam. (MIZUKAMI, 1986, p.49)

Ainda, conforme MIZUKAMI (1986, p.53), “a metodologia, as estratégias instrucionais assumem importância secundária. Não se enfatiza técnica ou método para se facilitar a aprendizagem”.

2.4.4. Abordagem Cognitivista

O conhecimento pode ser considerado como uma construção contínua. Na passagem de um estado de desenvolvimento para outro, novas estruturas estarão se formando. Assim, um ensino que procura desenvolver a inteligência deverá privilegiar as atividades do sujeito, considerando-o inserido num contexto social.

Nesta abordagem de ensino, os fundamentos estão nos processos mentais de apreensão da realidade pelo indivíduo a partir do desequilíbrio das estruturas, que em busca da acomodação, reorganiza-se incluindo os novos elementos que podem responder de forma razoavelmente temporária, questões levantadas.

De acordo com MOREIRA:

A linha cognitivista enfatiza o processo de cognição, através do qual o universo de significados do indivíduo tem origem: à medida que o ser se situa no mundo, estabelece relações de significação, isto é, atribui significados à realidade em que se encontra. Preocupa-se com o processo de compreensão, transformação, armazenamento e uso da informação envolvida na cognição, e procura identificar regularidades nesse processo. Ocupa-se, particularmente dos processos mentais. (MOREIRA, 1986, p.6)

Segundo Mizukami (1986, p.59): “esta teoria estuda cientificamente a aprendizagem como sendo um produto do meio ambiente, das pessoas ou de fatores externos ao aluno. Tem certa preocupação com as relações sociais, contudo dá maior ênfase à capacidade do aluno absorver as informações e processá-las. Piaget é considerado um dos propulsores desta tendência”.

Ainda para a autora, (MIZUKAMI, 1986, p.76), “a aprendizagem na abordagem cognitivista se dá no exercício operacional da inteligência. Só se realiza realmente quando o aluno elabora seu conhecimento”.

No que se refere à avaliação nesta abordagem, afirma MIZUKAMI (1986, p.82-83), terá de ser realizada a partir de parâmetros extraídos da própria teoria e implicará verificar se o aluno já adquiriu noções, conservações, se realizou operações, relações etc. O rendimento poderá ser avaliado de acordo com a aproximação a uma norma qualitativa pretendida”.

MIZUKAMI (1986, p.80), ao referir-se à metodologia na abordagem cognitivista, afirma: “caberá ao educador planejar situações de ensino onde os

conteúdos e os métodos pedagógicos sejam coerentes com o desenvolvimento da inteligência e não com a idade cronológica dos indivíduos”.

2.4.5 Abordagem Sócio-Cultural

A abordagem sócio-cultural ou libertária elimina as relações autoritárias.

Ao tratar da relação professor-aluno, MIZUKAMI (1986, p.99), assim expressa: “A relação professor aluno na abordagem sócio-cultural é horizontal e não imposta. Para que o processo educacional seja real é necessário que o educador se torne educando, por sua vez, educador”.

Quanto ao processo ensino-aprendizagem na abordagem sócio-cultural, MIZUKAMI, entende que:

Uma situação de ensino-aprendizagem, entendida em seu sentido global, deverá procurar a superação da relação opressor-oprimido. A superação deste tipo de relação exige condições tais como: reconhecer-se, criticamente, e solidarizar-se como oprimido engajando-se na práxis libertadora, onde o diálogo exerce papel fundamental na percepção da realidade opressora; solidarizar-se com o oprimido, o que implica assumir a sua situação e lutar para transformar a realidade que o torna oprimido; transformar radicalmente a situação objetiva, entendida como a transformação da situação concreta que gera a opressão. (MIZUKAMI, 1986, p. 97).

2.5. DEFINIÇÃO DE GESTÃO

O conceito de gestão tem evoluído muito ao longo do último século. Existe um consenso relativamente a que este deva incluir obrigatoriamente um conjunto de tarefas que procuram garantir a eficácia de todos os recursos disponibilizados por uma organização, afim de atingir objetivos pré-determinados.

Neste contexto, o termo administração perdeu seu status, e cedeu parte de seu lugar para a gestão, e o que se vê, é uma falta de concordância entre os marcos limítrofes entre um e outro conceito.

2.5.1 Gestão

Administração e Gestão são palavras empregadas em qualquer dicionário, como palavras quase sinônimas, a gestão, em si, teria outra conotação.

Conforme SMITH (1993, apud LIMA, 2003, p. 4), “gestão é um termo geral para ‘aqueles que gerenciam’ ou administram, representa ampla variedade de filosofias, crenças, disciplinas e responsabilidades do trabalho”.

E, ainda, BERTERO (1995 apud LIMA, 2003, p.4) compreende essa terminologia da seguinte forma: “[...] entendo modelo de gestão enquanto um conjunto de práticas gerenciais da empresa claramente orientado por uma visão do foco no negócio da organização, a qual determina sua missão, seus valores, sua filosofia”.

Os dicionários de língua portuguesa trazem as duas palavras – gestão e administração – como sinônimas entre si. Mostram que suas origens vêm do latim, e mesmo possuindo estruturas diferentes, são traduzidas de forma semelhante enquanto sentido de ação.

No dicionário Aurélio a definição de gestão corresponde ao: o ato de gerir ou gerência e aponta a palavra administração como sinônimo. Alguns autores, no entanto, entendem que administração possui uma conotação diferente do vocábulo gestão já que esta, mais recentemente, passou a significar a interferência direta e ampla dos gestores nos sistemas e procedimentos empresariais.

Neste sentido, gestão poderia ser definida como o gerenciamento do conjunto de ações e estratégias nas organizações, de maneira holística, visando atingir seus objetivos.

O dicionário Michaelis, traduz as duas palavras de forma indistinta, também como sinônimos.

Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar pessoas para atingir de forma eficiente e eficaz os objetivos de uma organização.

Gestão é abdicar de todas as funções e conhecimentos necessários para através de pessoas atingir os objetivos de uma organização de forma eficiente e eficaz. Cabe à gestão a otimização do funcionamento das organizações através da tomada de decisões racionais e fundamentadas na coleta e tratamento de dados,

em informações relevantes e, por essa via, contribuir para o seu desenvolvimento visando a satisfação dos interesses de todos os seus colaboradores e proprietários, bem como para a satisfação das necessidades da sociedade em geral ou de um grupo em particular.

Atualmente, após várias mudanças organizacionais, parece ficar mais claro que o desempenho em um cargo de chefia exige muito mais que administração. Um gerente de recursos humanos deve entender tanto da parte técnica, da parte administrativa (planejamento, organização, etc.), como da parte financeira contábil, da parte de produção (processos) e muito mais do mercado (clientes e concorrentes).

Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades.

Segundo HAMPTON(1992, p.9) “o trabalho envolvendo a combinação e direção da utilização dos recursos necessários para atingir objetivos específicos chama-se administração”.

Para MAXIMIANO (2000, p.26) “a administração envolve em primeiro lugar, ação. A administração inclui ainda planejamento, organização, execução e controle. “Outros processos ou funções importantes, como coordenação, direção, comunicação e participação, contribuem para a realização dos quatro processos principais”.

2.5.2 Gestão Participativa

Muito se fala em gestão participativa, porém ainda temos muito que refletir sobre essa modalidade de gestão para que possamos validar de fato essa prática com o objetivo de contribuir para a transformação social.

Segundo MOURA CASTRO (1992, p.21): "todos os países que estão se dando bem fizeram um grande esforço para aperfeiçoar a educação, em todos os níveis e, em particular, resolveram o desafio de oferecer uma educação básica de qualidade a praticamente, todos os seus cidadãos".

Administração Participativa é consequência do mundo globalizado atual, que acirrou a competitividade e levou as organizações a se questionarem e, com isso, passaram a buscar novas soluções para aumentar a qualidade e produtividade.

A ANPAR, Associação Nacional de Administração Participativa adota um conceito amplo de Administração Participativa, definindo-o em seu estatuto como “um modelo de gestão humanizado que emprega participativamente o trabalho e os talentos humanos, baseando-se na eqüitativa convergência de interesses entre fornecedores, empregadores, empregados e clientes” (ALBUQUERQUE, 1996, p.87).

A Constituição Federal, em seu artigo 205, prevê que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. O artigo 206 é mais explícito e fala do “princípio da gestão democrática do ensino público”. O Plano Nacional de Educação, que entrou em vigor em 2001, coloca como uma de suas metas prioritárias a criação de Conselhos nas escolas de ensino básico. Os Conselhos de Escola são constituídos de representantes de pais, alunos, professores e funcionários, incluindo a direção.

2.5.3 Gestão Escolar

No atual contexto de inovações tecnológicas e de globalização da economia, mudanças vêm acontecendo, nos diferentes campos econômicos, sociais e culturais trazendo novos desafios para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para o perfil do profissional que nele deverá atuar. Essas transformações provocaram alterações nos padrões de intervenção estatal que resultaram na emergência de novos mecanismos e novas formas de gestão, redirecionando as políticas públicas e, particularmente, as educacionais.

As reformas educacionais produziram mudanças nos setores administrativos, financeiros e pedagógicos, redimensionando as funções dos profissionais da educação. No campo da gestão educacional o modelo centralizador de gestão, foi substituído por um modelo descentralizado, trazendo para o gestor escolar, novos papéis e funções.

A administração escolar é um tema que tem sido abordado em muitas pesquisas e trabalhos acadêmicos. Esta abordagem possui uma relação com a administração empresarial, uma vez que estas têm relação em sua organização.

De acordo com FÉLIX (1985, p.34), “quando a administração é decorrência da evolução da organização social é normal que a gestão escolar, assim como a gestão democrática carreguem aspectos da administração de empresas, pois estas envolvem diretamente o meio social, a comunidade”.

Em suma, a administração escolar adota princípios da administração de empresas em função de sua similaridade de estrutura organizacional que se modifica em função de objetivos específicos.

De acordo com PARO existem duas concepções quanto à administração escolar. A primeira é a mais difundida, ela se fundamenta na universalidade dos princípios adotados na empresa capitalista, embora adaptados para cada situação específica. A segunda opõe-se radicalmente a esta, pois é contrária a qualquer tipo de organização burocrática na escola.

A administração capitalista, ao medir a exploração do trabalho pelo capital, colocasse a serviço da classe interessada na manutenção da ordem social vigente, exercendo, com isso, função nitidamente conservadora. Essa função não é, porém, inerente a administração em si, mas produto dos condicionantes socioeconômicos que configuram a administração especificamente capitalista (PARO, 1999, p.81).

Ainda para o autor, ambas as concepções são insuficientes, o que a gestão da educação precisa é de uma administração escolar voltada para a transformação social.

PARO (1999, p.13): “A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender as necessidades e interesses de pessoas e grupos”.

Sendo assim, a administração escolar não está separada dos interesses e forças da sociedade presentes em uma determinada situação histórica.

Segundo PARO (1999, p.126) “enquanto na empresa produtora de bens e serviços em geral é bastante grande a participação relativa das máquinas e demais meios de produção em geral (...), na escola, é a mão-de-obra que possui participação relativa mais elevada”.

Para este autor, ao contrário das empresas que buscam a produção de um material tangível, a escola visa um fim de difícil mensuração, pois seu caráter é, de certa forma, abstrato e outra especificidade da escola é que esta é uma instituição prestadora de serviços e lida diretamente com o elemento humano. Pois o aluno não é apenas beneficiário dos serviços, mas também participante de sua elaboração. E esta “matéria-prima” deve receber tratamento especial, diferente dos materiais que participam do processo de produção nas empresas em geral.

Isso se deve a “matéria-prima” e a própria natureza do trabalho, que consiste na transmissão e crítica do saber, que envolve o comportamento humano, o qual não é previsível como a máquina.

Como afirma SAVIANI (2005, p.18), “a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”.

As reformas educacionais implementadas produziram mudanças nos setores administrativos, financeiros e pedagógicos, redimensionando as funções dos profissionais da educação. No campo da gestão educacional o modelo centralizador de gestão, foi substituído por um modelo descentralizado, trazendo para o gestor escolar novo papel e função.

No que se refere à organização e à gestão do sistema educacional, a LDBN nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) traz inovações que vão produzir importantes reflexos sobre a gestão exercida, até então, na escola pública, uma vez que estabelece a adoção de princípios democráticos para a gestão educacional, operacionalizada através da elaboração de um projeto Político Pedagógico para as unidades escolares e da implementação de Conselhos Escolares (Arts. 12 e 14 da LDB).

Neste projeto, prima-se pela Gestão Escolar Participativa na expectativa de busca por novos cenários de competência administrativa que talvez possam concorrer para sanar algumas das principais angústias da escola atual, tais como a distância entre família e escola, a falta de democracia para a tomada de decisões, fazendo com que uns mandem, e outros tenham que acatar por hierarquias (o diretor, o coordenador, o professor, o aluno), entre outros enunciados, tudo isto acarretando ineficiência no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente,

a má formação do indivíduo enquanto sujeito e profissional para a interação em sociedade.

O entendimento é o de que a participação, como afirma CARDOSO (1995, p. 147), “[...] favorece a experiência coletiva ao efetivar a socialização de decisões e a divisão de responsabilidades. Ela afasta o perigo das soluções centralizadas e dogmáticas desprovidas de compromisso com os reais interesses da comunidade escolar da sociedade civil organizada. A participação constitui-se, pois, elemento básico de integração social democrática”.

Segundo LÜCK:

[...] a literatura sobre a gestão participativa reconhece que a vida organizacional contemporânea é altamente complexa, assim como seus problemas. No final da década de 1970, os educadores e pesquisadores de todo o mundo começaram a prestar maior atenção ao impacto da gestão participativa na eficácia das escolas como organizações. Ao observar que não é possível para o diretor solucionar sozinho todos os problemas e questões relativas à sua escola, adotaram a abordagem participativa fundada no princípio de que, para a organização ter sucesso, é necessário que os diretores busquem o conhecimento específico e a experiência dos seus companheiros de trabalho. Os diretores participativos baseiam-se no conceito da autoridade compartilhada, por meio da qual o poder é delegado a representantes da comunidade escolar e as responsabilidades são assumidas em conjunto. (LÜCK: et. al., 2001, p. 19)

A descentralização e autonomia das escolas abrem espaço para participação e democratização do sistema público de ensino. Estas formas práticas de formação para cidadania se dão de modo privilegiado na participação, no processo de tomada de decisão dentro do colegiado da escola.

Segundo GADOTTI:

[...] descentralização e autonomia caminham juntos. A luta pela autonomia da escola insere-se numa luta maior pela autonomia no seio da própria sociedade. Portanto, é uma luta dentro do instituído, contra o instituído, para instituir outra coisa. A eficácia dessa luta depende muito da ousadia de cada escola em experimentar o novo caminho de construção da confiança na escola e na capacidade dela resolver seus problemas por ela mesma, confiança na capacidade de autogovernar-se (GADOTTI, 1995, p.202)

Para induzir os sujeitos envolvidos a participar deve haver uma elevação de consciência através da compreensão do mundo em que vivem e da posição social

na qual se inserem. Nesse sentido, os indivíduos serão instrumentos para transformar a sua própria realidade positivamente.

De acordo com FREIRE:

Cada vez mais nos convencemos, aliás, de se encontrarem na nossa experiência democrática, as raízes deste nosso gosto da palavra oca. Do verbo. Da ênfase nos discursos. Do torneio da frase. É que toda essa manifestação oratória, quase sempre também sem profundidade, revela, antes de tudo, uma atitude mental. Revela a ausência de permeabilidade característica da consciência crítica. E é precisamente a criticidade a nota fundamental da mentalidade democrática. (FREIRE, 1975, p.95)

2.6. COMUNIDADE

Pelo “Novo dicionário Aurélio”, o termo comunidade significa “Qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns (...)” ou, então, “Grupo de pessoas considerando, dentro de uma formação social complexa, em suas características específicas e individualizantes (...)”.

Segundo MELVER (1968, p.7), “comunidade consiste em um círculo de pessoas que vivem juntas, que permanecem juntas de sorte que buscam não este ou aquele interesse particular, mas um conjunto inteiro de interesses, suficientemente amplo e complexo de modo a abranger suas vidas”.

Outro autor, PIERSON, vai além, enfatizando o relacionamento primário, espontâneo e informal, como a característica mais marcante de uma comunidade, a qual consiste na:

[...] organização espacial e funcional de seres vivos (vegetais, animais ou humanos) biótica ou economicamente interdependentes; é produto de competição e acomodação; a interação nela existente é inconsciente e assim impessoal; tratam-se os indivíduos uns aos outros como simples utilidades; define-se a partir de simbiose, ordem econômica, divisão de trabalho, localização no espaço (ordenada, todas as partes tendo relações orgânicas com as outras); função: maior eficiência na luta pela existência [...]”. (PIERSON, 1968, p.322)

Reportando a ÁVILA (2000a, p.71-73), “a comunidade se configura por grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem através de “relacionamentos

primários” e a sociedade também se constitui de grupo de pessoas que se convergem, articulam e interagem só que ao inverso da comunidade, por ‘relacionamentos secundários’, entendendo-se que:

[Os] “relacionamentos primários” [...] Consistem naquela cadeia^o de contatos e vínculos que as pessoas vão paulatina mas constantemente formando entre elas, ao longo de suas cotidianidades de vida, de maneira fortuita, espontânea e informal: por eles as pessoas se conhecem, se avaliam e se controlam, assim como conhecem, avaliam e controlam o ambiente comum de suas existências. Esses laços de vinculações interpessoais se iniciam, expandem e consolidam do âmbito da vizinhança para os de bairro, de cidade, e assim por diante, [...]. (ÁVILA,2000a, p.71-73)

E, quanto aos ‘relacionamentos secundários’, ÁVILA (2000a, p.71-73) diz: “ao contrário dos ‘primários’, decorrem e se respaldam em regras formais (leis, regimentos, regulamentos, mores e quaisquer outros tipos de normas e decisões coletivas) de controle externo à personalidade de cada um, gerando o princípio jurídico de que ‘todos são iguais perante a lei’ (...)”.

Para DRUCKER (1998, p.9), “a comunidade global do futuro será, na melhor das hipóteses, uma série de comunidades interdependentes e diversificadas, abrangendo diferenças, liberando energia e promovendo coesão. Em seu sentido mais amplo, será fortalecida pela saúde das muitas comunidades menores que compõem o todo. Os habitantes de cada comunidade definem a comunidade geral”.

Em outra passagem de sua obra, DRUCKER (1998, p.14), coloca que: “a chave para a sobrevivência e a saúde dessa nova sociedade humana urbana é o desenvolvimento de comunidades na cidade. Em uma sociedade rural, a comunidade é um ponto indiscutível para o indivíduo; é um fato, seja ela uma família, uma religião, uma classe social ou uma casta”.

Apontando para a necessidade de um terceiro setor, DRUCKER (1998, p.16) afirma que: “[...] a tarefa hoje, portanto, é criar comunidades urbanas – algo que nunca existiu. Em vez do que acontece com as comunidades tradicionais da história, as comunidades urbanas devem ser livres e voluntárias mas também precisam oferecer ao indivíduo da cidade uma oportunidade de realizar, de contribuir, de ter importância.

Desde as duas grandes guerras mundiais, a maioria dos países, democracias ou tiranias, acreditaram que o governo deveria e poderia suprir as necessidades comunitárias de uma sociedade urbana através de ‘programas sociais’, o que, sabemos hoje, foi um grande engano. Os programas sociais dos últimos 50 (cinquenta) anos não foram, de modo geral, bem sucedidos. O setor privado também não pode preencher essa necessidade.

Segundo DRUCKER (1998, p.17), “apenas a instituição do setor social, ou seja, as organizações não-governamentais, não-empresariais e sem fins lucrativos podem criar o que agora precisamos: comunidades para cidadãos e especialmente para os trabalhadores do conhecimento altamente instruídos que, cada vez mais, dominam as sociedades desenvolvidas”.

Afirma, ainda, DRUCKER (1998, p.17), “uma razão para isso é que apenas as organizações sem fins lucrativos podem fornecer a enorme diversidade de comunidades de que precisamos – de igrejas a associações profissionais e de organizações comunitárias preocupadas com os desabrigados aos spas e às academias de ginástica”.

2.7. BUSCA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE JUNTO À ESCOLA

A Constituição Federal, no artigo 205, estabelece que: “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”.

O artigo 206, inciso VI, faz menção ao “princípio da gestão democrática do ensino público”. O Plano Nacional de Educação, vigente desde 2001, tem como uma de suas metas prioritárias a criação de Conselhos nas escolas de ensino básico. Os Conselhos de Escola são constituídos de representantes de pais, alunos, professores e funcionários, inclusive a direção.

Partindo destes preceitos legais, faz-se pertinente ressaltar, então, que a educação é um processo coletivo. Sendo assim, pais e escola têm responsabilidades expressas por lei, em relação à educação.

Promover a participação da comunidade junto à escola dependerá de ações como, conscientização dos pais quanto às responsabilidades que lhes cabem por lei, mediante ações elaboradas e planejadas pelos profissionais da educação dentro da escola, como por exemplo, programar reuniões para esclarecimentos, debates e discussões, em horários adequados e no espaço escolar.

A coordenação e aplicação de ações como estas, ganhará importância, na medida em que, compondo o colegiado da escola, e conscientes do papel que cada qual deve exercer no âmbito da educação, pais e educadores se encontrem para definir os rumos do processo educacional. Mas para a proposta ser eficaz é preciso atrair os pais para as reuniões em que a missão da escola e seus projetos serão decididos. Essa é uma tarefa difícil, pois quando são chamados, geralmente são para receber reclamações de seus filhos.

Estabelecendo a comunicação entre a equipe escolar, os pais, os estudantes e seus familiares deveria ser uma das estratégias a serem usadas para motivar e desenvolver uma prática escolar participativa. Dentro de uma visão comum, as pessoas definem objetivos, metas, caminhos teóricos e práticos a serem seguidos. A comunicação aberta e clara pode ser uma estratégia eficiente capaz de promover uma visão de conjunto e facilitar a possibilidade de integrar a comunidade escolar com a comunidade local.

O processo democrático deve assegurar a participação de todos os envolvidos com a educação tanto nos compromissos como nas tomadas de decisões. A escola incorporando o espírito democrático tornará a ela inerente os valores de inclusão, de justiça, de participação e de diálogo, essenciais à democracia.

Em uma democracia as pessoas devem fazer parte do processo, reconhecendo a diversidade entre seus membros e, abrir as portas para a participação, percebendo-se por consequência, parte da comunidade. Da mesma forma, o colegiado escolar precisa abrir-se ao debate de assuntos importantes para sua comunidade bem como de questões básicas da escola, com a participação de pais e alunos.

Não havendo interesses coletivos não há sociedade ou comunidade. Neste contexto, cada membro da sociedade ou comunidade deveria perguntar-se: o que

fazer para aprimorar o ambiente ou a comunidade? Ensinar a responsabilidade para com a comunidade é tarefa de todos os membros da escola

Para que a participação seja efetiva na escola torna-se necessário conhecer a realidade da qual se faz parte. Todos os envolvidos neste processo precisam estar cientes da importância da interação entre as partes que compõem o contexto escolar. De modo que os resultados dessas interações venham a ser eficientes promovendo o desenvolvimento das pessoas e da escola como um todo.

Assim, para que essa participação aconteça, é necessário que a administração da escola, bem como os seus professores, estejam preparados e organizados nas propostas metodológicas e filosóficas, aceitando sugestões e críticas dos pais, dos alunos e da sociedade.

É fundamental que a escola conte com a participação dos alunos, dos professores, dos funcionários, da direção, da associação de pais e da família no planejamento pedagógico, visando atender às necessidades do educando e da comunidade.

A revista NOVA ESCOLA, divulga na matéria “Para unir escola e família”:

É mais fácil envolver os pais em qualquer trabalho quando eles sentem que suas experiências e vivências são valorizadas pelo projeto da escola. “Ao criar situações para a participação das famílias, o docente reforça a integração social e potencializa a construção coletiva de aprendizagens e saberes”, explica Vera Elena Gruenfeld, especialista em Educação Infantil. Esse processo ajuda a transformar práticas ultrapassadas e abre perspectivas para a resolução de problemas. É preciso que fique claro que o trabalho é lento. Enquanto não ocorre um ajuste entre as estratégias dos professores e as das famílias, podem surgir alguns conflitos. Vera dá algumas dicas: convide os pais a participar de oficinas nas quais vivam situações que os filhos realizam no dia-a-dia; exponha o projeto e explique sua importância; prepare um espaço em que os principais problemas da comunidade possam ser debatidos e incentive a formação de comissões para resolvê-los; proponha, sempre que possível, trabalhos com função social. (NOVA ESCOLA, 2002, p.8A)

Conforme GUTIERREZ (2004, p.7), “[...] participar faz referência à possibilidade de um indivíduo incorporar as práticas e características de um grupo mais amplo, de forma a vir a ser reconhecido e aceito como parte ou membro dele”.

Uma gestão participativa pode não garantir verdadeiramente mudanças nas relações escolares a ponto de promover muitas melhorias. Também não significa afirmar que a escola ficará desvinculada da burocracia e de regras formais a serem

seguidas, até porque sua autonomia e independência são relativas. Mas, é possível construir uma cultura de colaboração capaz de integrar os membros da comunidade escolar com a comunidade local, a fim de que juntos possam promover melhorias para a escola como um todo, independente de interesses pessoais.

2.8. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Para se pensar em melhor qualidade de ensino, é preciso conceber a construção de uma nova noção de qualidade.

Segundo MELLO (1989, p. 38), “É impossível falar de qualidade do ensino em si mesma já que ela é o resultado de tudo o que a faz”.

Assim, para que a qualidade ocorra na escola, se faz necessária a existência de um canal de comunicação eficiente com seus usuários, a fim de tornar mais claros os objetivos que almejam e, a partir daí, definir os meios mais eficazes para satisfazer o nível de expectativa e necessidades do educando e também da família.

Uma escola envolvida na filosofia da qualidade trabalha em função do educando, com a finalidade de enriquecê-lo como ser humano e cidadão.

Segundo RAMOS:

A escola é uma organização humana onde pessoas somam esforços para um propósito educativo comum. Os profissionais, que colaboram para tornar realidade esta pretensão orgulham-se dos resultados obtidos, sobretudo daqueles que têm sua origem no reconhecimento dos alunos, ex-alunos e pais, exprimindo o quanto a Escola e seus professores marcaram suas conquistas e realizações. (RAMOS, 1992, p.34)

A gestão democrática, apesar de ser recomendada pelo Poder Público, como enfatiza a Constituição Federal brasileira de 1988, e consolidada na Lei 9.394/96 (LDB) –, por si só não garante uma escola de qualidade e democrática. Isso mostra a necessidade de que sejam empreendidos esforços para a construção de uma escola realmente democrática.

Segundo VIEIRA, (2002, p. 71), pode-se dizer que: “[...] a participação e a construção de uma educação que tenha a cara de nossa realidade e dos nossos

sonhos não é apenas resultado de leis. É fruto também do nosso compromisso com um projeto de sociedade, de educação e de nossa ação concreta no dia-a-dia, na escola e no contexto das políticas educacionais”.

Um dos meios de se avaliar o sucesso da escola, de acordo com VIEIRA:

É analisar o desempenho de seus alunos, de modo que, Se os alunos, cada um no seu ritmo, conseguem aprender continuamente, sem retrocessos, a escola é sábia e respeitosa. Se suas crianças e jovens são freqüentadores assíduos das aulas, seguros de sua capacidade de aprender e interessados em resolver os problemas que os professores lhes propõem, ela está cumprindo o papel de torná-los pessoas autônomas, capazes de aprender pela vida toda. Se os alunos estão sabendo ouvir, discordar, discutir, defender seus valores, respeitar a opinião alheia e chegar a consensos, ela pode se orgulhar de estar formando cidadãos. E, mais que tudo, se ela conseguir oferecer uma educação de boa qualidade a todos os seus alunos, independentemente de sua origem social, raça, credo ou aparência, certamente é uma escola de sucesso. (VIEIRA, 2002, p. 77)

Esse sucesso, conforme a autora acima citada é uma construção dependente da participação de toda a equipe escolar e, sobretudo, da atuação de suas lideranças.

Uma das noções de qualidade, implementadas hoje em dia na educação, tem origem na indústria. A filosofia da administração, fundamentada na melhoria contínua da qualidade, nasceu dentro das empresas, expandindo-se, posteriormente, para outros setores da sociedade, dentre eles a escola.

MEZOMO (1994, p.146) define que “há pessoas que ainda pensam a escola como algo ‘sagrado’ que deve permanecer afastado da empresa, entendida como ‘profana’, porque auferir lucros de suas atividades de produção”.

De acordo ainda com esse autor, “a escola e a empresa são instituições um tanto diferentes em sua missão. Mas a escola, assim como a empresa, existe para servir a comunidade, para oferecer-lhe produtos ou serviços de qualidade, para atender às suas necessidades e para contribuir com seu próprio desenvolvimento e bem-estar [...]. Tanto a escola quanto a empresa utilizam recursos e tecnologias que são patrimônio da comunidade, e devem fazê-lo de forma otimizada”.

Ainda em sua obra, MEZOMO (1994, p.164) defende a possibilidade da existência de uma escola que, mais do que ser um espaço e uma estrutura, seja “um processo de libertação do homem e de sua integração na sociedade mundial, pela

permanente descoberta das novas dimensões técnicas, humanas e éticas do saber, que lhe permitirão viver em plenitude a aventura da vida num mundo em permanente transformação”.

Para DEMO (1995, p.20), “a melhor expressão da qualidade é participação, pois participação é intrinsecamente obra humana comum. Participação é processo exclusivo humano, que potencia a convivência social da forma mais digna conhecida, fazendo da história experiência orientada pelo bem comum”.

Desta forma, é possível pensar que uma escola de qualidade deva ser aquela que possibilita a participação de todos no processo pedagógico; elabora o planejamento e o currículo de acordo com as necessidades dos alunos; formula projetos com a participação de todos; tem objetivos claros e coerentes; utiliza adequadamente métodos, técnicos e recursos didáticos; avalia o processo pedagógico; promove o aperfeiçoamento do corpo docente e administrativo; procura acompanhar os avanços tecnológicos renovando-se e atualizando-se constantemente.

A escola de qualidade poderá ser alcançada quando todo o corpo docente, administrativo, supervisores, equipe técnica, pais e sociedade tornarem-se partícipes reais, num processo incessante de aperfeiçoamento dos serviços educativos prestados pela instituição. A responsabilidade pela qualidade do ensino é compromisso de todos os envolvidos no processo educativo. Com a participação e a competência dos diretores, professores, pais e alunos em suas respectivas funções poder-se-á construir uma escola de qualidade.

Fazendo novamente citação a DEMO (1995, p.11), quando expressa que: “a qualidade, por sua vez, aponta para a dimensão da intensividade. Tem a ver com profundidade, perfeição, principalmente com participação e criação. Está mais para o ser do que o ter”.

Para que possa existir uma educação de qualidade entende-se, neste estudo, a importância de a escola contar com uma gestão participativa que possibilite a atuação de todos os segmentos da sociedade no sentido de criticar e sugerir com consciência.

VIEIRA destaca a importância da avaliação como indicador da qualidade educacional:

É a avaliação que nos revela se a escola está cumprindo seu papel e oferecendo educação de qualidade. Por isso, é parte essencial do trabalho docente, um instrumento do planejamento escolar. E não pode ser vista (nem usada) como arma para ameaçar ou punir o avaliado, seja ele o aluno ou o professor. Ao contrário, o objetivo é centrar esforços para que as dificuldades possam ser superadas [...] No espaço escolar, esperamos que os nossos alunos aprendam, que os professores ensinem melhor, que os pais participem da escola, que os funcionários exerçam bem suas tarefas, tornando-as também educativas. E queremos poder verificar se isso de fato aconteceu. Por isso, sempre que pensamos em evolução, em transformação, é preciso pensar também em avaliação. (VIEIRA, 2002, p. 105-6)

Na medida em que a educação amplia seu espaço, a importância da avaliação aumenta. Muitas concepções teóricas e muitas práticas distintas acerca do que é avaliar existem atualmente. Portanto,

[...] é preciso que haja clareza sobre o que entendemos por avaliação, suas metas e finalidades. A avaliação do desempenho dos alunos, por exemplo, deve ser entendida como um instrumento a serviço da aprendizagem, da melhoria do ensino do professor, do aprimoramento da escola. Avaliamos para aumentar a compreensão do sistema de ensino, das práticas educativas, dos conhecimentos dos alunos. Avaliamos também para esclarecê-los a respeito de seus pontos fortes e fracos, dos conteúdos que merecem mais atenção, onde precisam concentrar esforços. Avaliação, nesse sentido, permite a tomada de consciência de como estamos nos saindo. (VIEIRA, 2002, p. 106)

Desta forma, a qualidade de ensino é entendida como um processo, uma busca constante, não algo que se estabelece, se instala e permanece estável. Está relacionada à construção do conhecimento do aluno e à formação de cidadãos críticos, cooperativos, solidários.

Segundo SAVIANI (2002, p.202), “por qualidade de ensino, não entendo algo neutro, mas algo que se vincula aos interesses de determinadas camadas da sociedade. [...] É preciso saber de que lado estou, porque os critérios de qualidade vão ser definidos a partir daí”.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Para atingir os objetivos propostos no presente projeto, faz-se necessário a pesquisa. Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas.

Ela é, no entanto, um trabalho em processo não totalmente controlável ou previsível. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, um percurso global do espírito. O percurso, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa e necessita não somente de regras, mas sim de muita criatividade e imaginação.

MINAYO (1993, p.23), vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como “atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

DEMO (1996, p.34) insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Para GIL (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

A pesquisa, segundo GUEDES, (2000, p.91) “é uma atividade humana direcionada para o esclarecimento de hipóteses ou explicações provisórias. Diante dos fenômenos existentes no mundo, o homem não dispõe da verdade absoluta. Tem apenas algumas impressões. A pesquisa, dessa forma, é a atividade humana com o objetivo de construir o conhecimento científico”.

ANDER-EGG (1978, p.28), assim define pesquisa: “é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

RUMMEL (1972, p.3), apresenta dois significados para pesquisa: “em sentido amplo, engloba todas as investigações especializadas e completas; em sentido restrito, abrange os vários tipos de estudos e de investigações mais aprofundados”.

ABRAMO (1979, p.25), aponta a existência de dois princípios gerais, válidos na investigação científica: “objetividade e sistematização de informações fragmentadas”; indica, ainda, princípios particulares, que são válidos para a pesquisa, em determinado campo do conhecimento, e os que dependem da natureza especial do objeto da ciência em pauta.

o

3.1. TIPO DE PESQUISA

O desenvolvimento do trabalho seguiu os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica de modo a dar suporte teórico à fundamentação de conceitos apresentados neste estudo, como o de educação, de gestão, de gestão participativa e de comunidade. Também se contemplou a pesquisa de campo.

Segundo GIL (1999, p.48), “qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, que para o levantamento da situação da questão, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa”.

A pesquisa científica diferencia-se a partir da natureza do objeto a ser pesquisado, podendo ser classificada, de uma forma geral, em: pesquisa bibliográfica, decorrente da investigação de conhecimentos já sistematizados; pesquisa de campo, orientada para estudar os fenômenos que não podem ser traduzidos para experiências laboratoriais e pesquisa de laboratório, feita a partir de experimentos em ambiente o mais controlável possível.

GIL (1999, p.48), classifica a pesquisa em três tipos importantes: a bibliográfica, a descritiva e a experimental.

ANDER-EGG (1978, p.33) apresenta dois tipos de pesquisa: “pesquisa básica pura ou fundamental, [...] é a pesquisa formal, tendo em vista generalizações,

princípios, leis; e a pesquisa aplicada, [...] caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

RUMMEL (1972, p.3) apresenta quatro divisões: “pesquisa bibliográfica, quando utiliza materiais escritos; pesquisa de ciência da vida e ciência física-experimental, quando tem como campo de atividade o laboratório; pesquisa social, quando visa melhorar a compreensão de ordem, de grupos, de instituições sociais e éticas e; pesquisa tecnológica ou aplicada – prática [...]”.

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, neste estudo, consistiu na consulta de uma série de autores e suas obras, livros, revistas e o regimento da escola, a fim de se obter informações e dados necessários para fundamentar os conceitos apresentados no trabalho.

Esta técnica de pesquisa permitirá a investigação de novos conceitos e teorias educacionais a respeito da interação entre a instituição escolar e a comunidade, bem como a confrontação entre a prática escolar e a teoria acadêmica sobre educação.

A pesquisa bibliográfica constitui um tipo específico de pesquisa e também constitui a primeira parte de qualquer outro tipo de pesquisa. Os conhecimentos produzidos, nas mais diversas formas de investigação, vão sendo sistematizados segundo determinadas perspectivas. O acervo de conhecimento é de grande valia para extração de outros aspectos ainda não questionados. Quando um pesquisador realiza uma investigação, tem um propósito definido e só está interessado em confirmar ou não as suas hipóteses e seguir o seu intento. Além de a pesquisa bibliográfica servir como inspiradora para novos fatos que não foram observados, também objetiva sistematizar conhecimentos dentro de determinada temática. (Guedes, 2000, p.93,95).

Para MARCONI & LAKATOS (2006, p.71), “pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...], sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, [...]”.

No conceito de GIL (1999, p.65), “pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

3.1.2 Pesquisa de Campo

A composição metodológica da pesquisa envolve também a aplicação da pesquisa de campo, a qual sob a ótica de ENILDO MARINHO GUEDES:

É aquela que pela natureza de seu objeto de estudo, não pode ser realizada em laboratório de pesquisa. É um esforço para se estudar cientificamente os fenômenos que não são passíveis de experiência em laboratório. São aquelas realizadas no local onde os fenômenos aparecem, que comporta desde a pesquisa etnográfica, de observação, registro e descrição dos fenômenos, até aquelas pesquisas excepcionalmente bem estruturadas. É o tipo de pesquisa que abrange os mais diferentes fenômenos. (GUEDES, 2000, p 95 – 96)

Elencou-se como instrumento para aplicação de propostas, o Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, localizado no bairro Capão da Imbuía, cidade de Curitiba. Para garantir subsídios ao desenvolvimento deste trabalho, na coleta de dados e informações acerca das características da comunidade local e dos alunos matriculados na instituição de ensino, elaborou-se como técnica de pesquisa um questionário para aplicação junto aos alunos e às famílias.

A aplicação desta técnica foi de fundamental importância para o levantamento de dados, como o perfil socioeconômico das famílias, a formação dos pais dos alunos matriculados, tendo sido delimitado, para tanto, os alunos matriculados no Ensino Médio, período noturno, da instituição de ensino.

3.2. NATUREZA DA PESQUISA

No desenvolvimento metodológico do presente projeto adotou-se a pesquisa de natureza aplicada, cujo objetivo é gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

Quanto à natureza, a pesquisa pode constituir-se em um trabalho científico original ou em um resumo de assunto. Por trabalho científico original entende-se uma pesquisa realizada pela primeira vez, que venha a contribuir com novas conquistas e descobertas para a evolução do conhecimento científico. Naturalmente, esse tipo de pesquisa é desenvolvido por cientistas e especialistas em determinada área de estudo. O resumo de assunto é um tipo de pesquisa que dispensa a originalidade, mas não ao rigor científico. Trata-se de pesquisa fundamentada em trabalhos mais avançados, publicados por autoridades no assunto, e que não se limita à simples cópia de idéias. (ANDRADE, 2005, p.123)

De acordo com GIL (1999, p.42), “a pesquisa social pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação para agir. Daí porque se pode falar em pesquisa pura e em pesquisa aplicada”.

Na conceituação de GIL (1999, p.42), “a pesquisa pura busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e conseqüências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser bastante formalizado, e, objetiva à generalização, com vistas na construção de teorias e leis”.

Segundo os autores CERVO & BERVIAN (1996, p.47), “na pesquisa pura ou básica, o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento; já na pesquisa aplicada, o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos”.

Em relação à definição de pesquisa aplicada, GIL assim pontua:

A pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e conseqüências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial. (GIL, 1999, p.43)

Para SANTOS (1999, p.25), “Os pesquisadores são freqüentemente solicitados a caracterizar seus trabalhos, especialmente por ocasião da leitura por terceiros de qualquer etapa dos resultados. [...] Podem-se caracterizar as pesquisas segundo objetivos, segundo procedimentos de coleta, ou ainda, segundo as fontes utilizadas na coleta de dados.”

Quanto aos objetivos, SANTOS afirma:

O objetivo maior de qualquer movimento intelectual é sempre atingir a ponta, isto é, chegar ao estágio da oferta de respostas a uma necessidade humana. Este estágio, porém, depende de passos intermediários em relação aos fatos e fenômenos estudados. Por isso, dependendo do grau de aproximação e permitido pelo nível conceitual do pesquisador em relação ao fenômeno estudado, as pesquisas podem ser caracterizadas como exploratórias, descritivas ou explicativas. (SANTOS, 1999, p.26)

3.3. QUANTO À ABORDAGEM, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

A forma de abordagem do problema deu-se pela pesquisa qualitativa, a qual considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Na pesquisa qualitativa, considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Segundo RICHARDSON (1999, p.90), “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Para SANTOS (1999, p.30), pesquisa qualitativa “é aquela pesquisa cujos dados só fazem sentido através de um tratamento lógico secundário, feito pelo pesquisador. Em outros termos, a pesquisa quantitativa tem resultados que se impõem como evidência empírica imediata. O resultado da pesquisa qualitativa necessita do tratamento lógico, resultante do “olho clínico” do pesquisador.

MARCONI & LAKATOS (2006, p.62) definem técnica como: “... é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

Conforme os autores CERVO & BERVIAN (1996, p.46), “podem ser chamados de técnicas aqueles procedimentos científicos utilizados por uma ciência determinada no quadro das pesquisas próprias desta ciência. [...] são os meios corretos de executar as operações de interesse de tal ciência”.

Segundo ANDRADE (2005, p.135), “técnicas são conjuntos de normas usadas especificamente em cada área das ciências, podendo-se afirmar que a técnica é a instrumentação específica da coleta de dados”.

Os procedimentos correspondem a maneira pela qual se obtêm os dados necessários à pesquisa. Permitem estabelecer a distinção entre pesquisas de campo e pesquisas de fontes escritas.

Segundo os procedimentos de coleta, SANTOS assim define:

Procedimentos de coleta são os métodos práticos utilizados para juntar as informações, necessárias à construção dos raciocínios em torno de um fato/fenômeno/problema. Na verdade, a coleta de dados de cada pesquisa terá peculiaridades adequadas àquilo que se quer descobrir. Mas, é possível apontar alguns procedimentos-padrão, comumente utilizados, aos quais se fazem as adaptações de espaço/tempo/matéria, necessárias às exigências de cada caso. (SANTOS, 1999, p.27)

Para este autor as formas mais comuns de se coletarem informações são: experimentos; levantamentos; estudo de caso; pesquisa bibliográfica; pesquisa documental.

O questionário (Anexos 1 e 2) também foi um instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa. Foi formulado e aplicado aos 181 (cento e oitenta e um) alunos matriculados no Ensino Médio, período noturno, do Colégio Estadual

Professora Maria de Aguiar Teixeira, a fim de coletar dados pertinentes ao perfil socioeconômico dos mesmos, com trinta e duas perguntas objetivas, e, encaminhado por eles aos pais, um questionário paralelo com vinte e sete perguntas, também objetivas, de caráter socioeconômico.

De acordo com GIL (1999, p.128), pode-se definir questionário “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

Na conceituação de CERVO & BERVIAN (1996, p.138) “questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra “questionário” refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”.

Para as autoras MARCONI & LAKATOS (2006, p.98), “questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo”.

4. ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA AGUIAR TEIXEIRA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

4.1. LOCALIZAÇÃO

O Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira – Ensino Fundamental, Médio e Profissional está localizado à Avenida Presidente Affonso Camargo, 3463, no bairro Capão da Imbuia, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná. O estabelecimento de ensino tem por mantenedor o Governo do Estado do Paraná.

4.1.1 Breve Histórico do Estabelecimento de Ensino

O colégio foi criado em dez de dezembro de 1959, pelo Decreto Estadual nº 25950, tendo como nome Ginásio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira. De sua criação até 1972, o então curso ginasial, funcionou onde é hoje a Escola Estadual República Oriental do Uruguai, na Avenida Presidente Affonso Camargo, nº 3460. Em junho de 1972, foi inaugurado o atual prédio. Em 25 de março de 1977, pelo Decreto nº 3062, recebeu a denominação de Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira – Ensino de 1º e 2º graus. A partir de 20 de dezembro de 1997, recebeu a denominação de Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira – Ensino Fundamental e Médio.

Comporta 18 turmas por turno. No período matutino, Ensino Médio, no período vespertino, Ensino Fundamental e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – Informática, no período noturno, Ensino Fundamental e Educação Profissional integrada ao Ensino Médio subsequente – Informática e Secretariado e Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Em seu prédio atual, conforme a vida legal obteve a primeira autorização de funcionamento para o Ensino de 1º e 2º graus em 07/08/1972. Atualmente funcionam os cursos: Fundamental de 5ª a 8ª séries, Ensino Médio, Educação

Profissional Integrada ao Ensino Médio e Subseqüente, Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos.

4.1.2 Finalidades e Objetivos do Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira

Tem a finalidade de efetivar o processo de apropriação do conhecimento, respeitando os dispositivos constitucionais Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8069/90 e a Legislação do Sistema Estadual de Ensino. (art.2º RE)

O estabelecimento de ensino garante o princípio democrático de igualdade, de condições de acesso e de permanência na escola, de gratuidade para a rede pública, de uma Educação Básica com qualidade em seus diferentes níveis Educação e modalidades de ensino, vedada qualquer forma de discriminação e segregação. (art.3º RE)

O estabelecimento de ensino objetiva a implementação e acompanhamento do seu Projeto Político – Pedagógico, elaborado coletivamente, com observância aos princípios democráticos e submetido à aprovação do Conselho Escolar.

4.2. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O estabelecimento de ensino oferta os cursos: Fundamental de 5ª a 8ª séries, Ensino Médio, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e Subseqüente, Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos.

4.2.1 Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries

O estabelecimento de ensino oferece a Educação Básica com base nos seguintes princípios das Constituições Federal e Estadual: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação

e segregação; gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula; garantia de uma Educação Básica igualitária e de qualidade.

O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da cognição, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes e dos princípios em que se fundamentam as sociedades; o fortalecimento dos vínculos de família e da humanização das relações em que se assenta a vida social; a valorização da cultura local/regional e suas múltiplas relações com os contextos nacional/global; o respeito à diversidade étnica, de gênero e de orientação sexual, de credo, de ideologia e de condição socioeconômica.

O Ensino Fundamental organizado em anos finais, em regime de série/ano, com 4 (quatro) anos de duração, perfazendo um total de 3200 horas. Oferta Sala de Apoio à Aprendizagem para os anos finais do Ensino Fundamental, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação.

4.2.2 Ensino Médio

Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, um mínimo de 2.400 horas, tem como finalidade: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a formação que possibilite ao aluno, no final do curso, compreender o mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação; o aprimoramento do aluno como cidadão consciente, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico; a compreensão do conhecimento historicamente construído, nas suas dimensões filosófica, artística e científica, em sua interdependência nas diferentes disciplinas.

4.2.3 Ensino Profissional

A Educação Profissional de nível médio será desenvolvida de forma integrada/subseqüente ao Ensino Médio e/ou Integrada à Educação de Jovens e Adultos, visando à formação humana para apreensão dos conhecimentos sócio-históricos, científicos e tecnológicos.

A Educação Profissional deverá garantir ao aluno uma sólida formação científico-tecnológica, indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos. Está assim organizada:

- a. Integrada: estruturada em 04 (quatro) anos um total de 3333 horas, com módulo de 40 (quarenta) semanas anuais. O período de integralização do curso é no mínimo de 04 (quatro) anos.
- b. Subseqüente: estruturada em semestres perfazendo um total de 1000 horas, com módulo de 20 semanas. O período de integralização do curso é no mínimo de 03 semestres.
- c. Integrado à Educação de Jovens e Adultos: estruturado em 6 semestres perfazendo um total de 2400 horas, com módulo de 20 semanas. O período de integralização do curso é no mínimo de seis semestres.

4.2.4 Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento

A organização didático-pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares, para garantir o processo pedagógico da escola. O trabalho pedagógico em todos os níveis e modalidades de ensino segue as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais.

O regime da oferta da Educação Básica é de forma presencial, com a seguinte organização: por séries - Ensino Fundamental, anos finais, Ensino Médio, Educação Profissional de Nível Médio na forma Integrada; Por semestre - Educação Profissional de Nível Médio na forma Subseqüente; Educação Profissional de Nível Médio Integrada a Educação de Jovens e Adultos.

Os conteúdos curriculares na Educação Básica observam: difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; respeito à diversidade; orientação para o trabalho.

Os conteúdos e componentes curriculares estão organizados na Proposta Pedagógica Curricular, inclusa no Projeto Político-pedagógico do estabelecimento de ensino, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais.

4.3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE

O bairro Capão da Imbuia é relativamente novo. Em 1975, uma medida administrativa criou o Bairro numa área que pertencia ao Cajuru. O local foi assim denominado pela existência de uma mata, de imbuia, isolada no meio do campo. A área geográfica do bairro é constituída de 1.155,20 hectares e segundo o censo de 2000 tem uma população de 43.727 homens e 46.057 mulheres, com uma taxa de crescimento anual de 1,59.

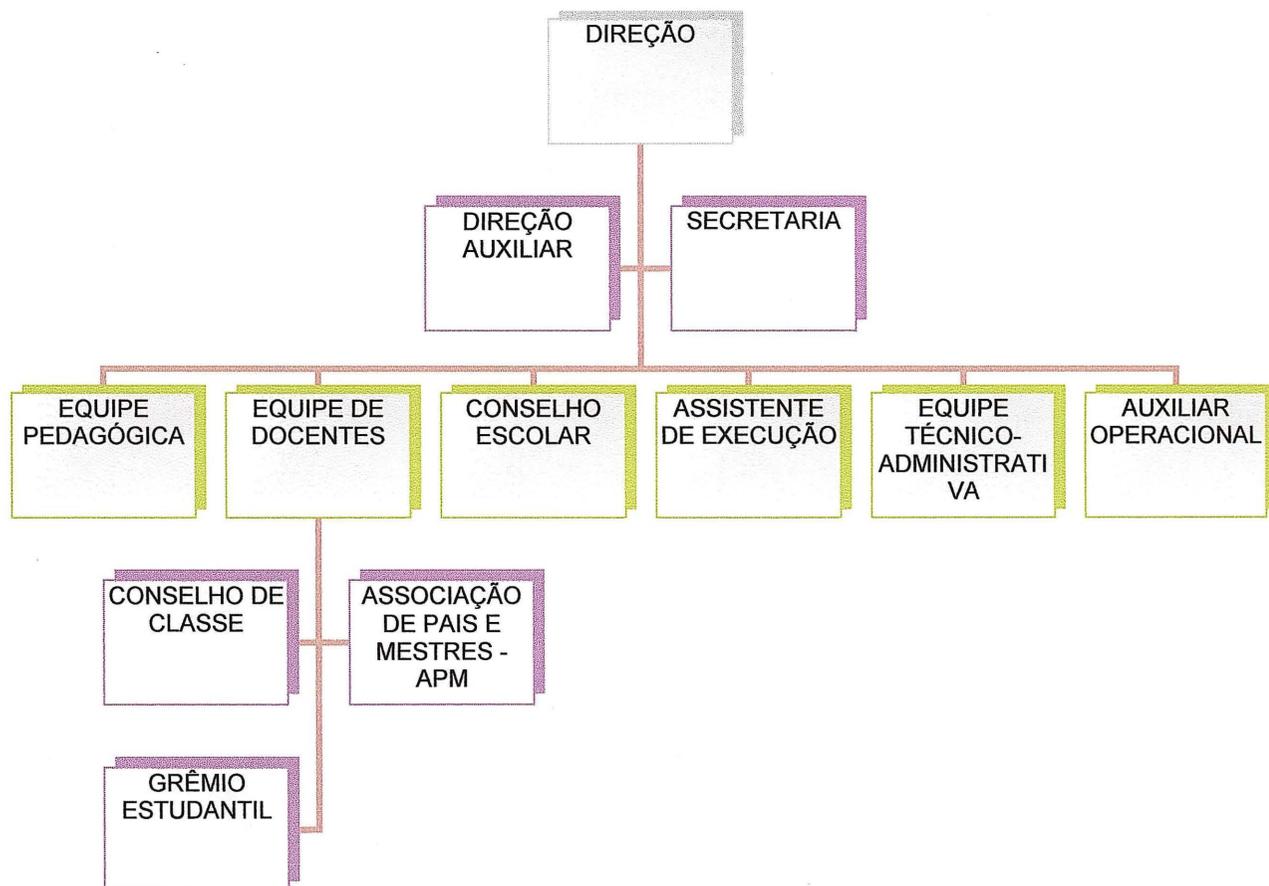
Os dados econômicos mais relevantes são os seguintes: possui 770 estabelecimentos comerciais; 117 indústrias, 127 estabelecimentos ligados à área de serviços. Sob a ótica educacional estão instaladas seis escolas estaduais, sete municipais e dois faróis do saber (dados de 2001).

As perspectivas de crescimento da região, conforme exprime o Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino, são promissoras, especialmente pela inauguração do contorno sul, o que irá retirar o grande fluxo de veículos da Rodovia BR 116, este fluxo atualmente isola o bairro da região central. Esta perspectiva já fez com que os imóveis se valorizassem. Outro aspecto importante para a região foi a inauguração do Jardim Botânico. Por ser ponto atrativo para o turismo na cidade, gera expectativas de desenvolvimento e economia local.

4.4. ESTRUTURA DA GESTÃO DA ESCOLA

O Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira possui uma estrutura organizacional dividida em: Organização do Trabalho Pedagógico; Conselho Escolar; Equipe de Direção; Conselho de Classe; Equipe Pedagógica; Equipe Docente; Equipe técnico-administrativa; Assistentes de execução; Auxiliar operacional; Órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, demonstrada pelo seguinte organograma:

Organograma 1 - ESTRUTURA DA GESTÃO DA ESCOLA



Fonte: o autor

4.4.1 Organização do Trabalho Pedagógico

O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teóricas - práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar.

A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico.

A organização do trabalho pedagógico é constituída pelo Conselho Escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, Conselho de Classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico-administrativa e assistente de execução e equipe auxiliar operacional.

4.4.2 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da Secretaria de Estado da Educação.

É composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o (a) diretor (a) escolar.

A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e freqüentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

De acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, o Conselho Escolar é constituído pelos seguintes conselheiros: diretor (a); representante da equipe pedagógica; representante da equipe docente (professores); representante da equipe técnico-administrativa; representante da equipe auxiliar operacional; representante dos discentes (alunos); representante dos

pais ou responsáveis pelo aluno; representante do Grêmio Estudantil; representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde etc.). É regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 de seus integrantes.

4.4.3 Equipe de Direção

A direção escolar é composta pelo diretor (a) e diretor (a) auxiliar, escolhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor.

A função de diretor (a), como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político – Pedagógico do estabelecimento de ensino.

4.4.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político-Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos. É da responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe.

O Conselho de Classe é constituído pelo (a) diretor (a) e/ou diretor (a) auxiliar, pela equipe pedagógica, por todos os docentes e os alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série.

São atribuições do Conselho de Classe: analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas que

se referem ao processo ensino aprendizagem; propor procedimentos e formas diferenciadas de ensino e de estudos para a melhoria do processo ensino aprendizagem; estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola; acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo ensino e aprendizagem; atuar com coresponsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço do aluno para série/etapa subsequente ou retenção, após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno; analisar pedidos de revisão de resultados finais recebidos pela secretaria do estabelecimento, no prazo de até 72 horas úteis após sua divulgação em edital.

4.4.5 Equipe Pedagógica

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação, no estabelecimento de ensino, das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação. É composta por professores graduados em Pedagogia.

Compete à equipe pedagógica, entre outras atribuições: coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino; orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática; participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar; coordenar a construção e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da Secretaria de Estado da Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais.

4.4.6 Equipe Docente

A equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados. São algumas de suas competências: participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar; elaborar, com a equipe pedagógica, a Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais; participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino; elabora seu Plano de Trabalho Docente.

4.4.7 Equipe Técnico-Administrativa e Assistente de Execução

A função de técnicos administrativos é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca e laboratório de Informática do estabelecimento de ensino.

O técnico administrativo que atua na secretaria como secretário (a) escolar é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da Secretaria de Estado da Educação.

A função de assistente de execução é exercida por profissional que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino.

4.4.8 Auxiliar Operacional

O auxiliar operacional tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino.

4.4.9 Órgãos Colegiados de Representação da Comunidade Escolar

Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como Órgãos Colegiados de representação da comunidade escolar estão legalmente instituídos por Estatutos e Regulamentos próprios.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF ou similar, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais, Mestres e Funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado.

O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com o objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros.

4.5. CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Com o levantamento de dados efetuado por meio do questionário tornou-se possível sistematizá-los da forma como se apresentada no quadro abaixo, permitindo melhor visualização para as análises necessárias.

Quadro 1: Número de Alunos Matriculados por Sexo

Número de alunos matriculados	Sexo
108	Masculino
73	Feminino
Total = 181	

Fonte: Autor da pesquisa

Embora, todos os dados constantes do questionário fossem relevantes para o desenvolvimento de uma análise mais ampla sobre as características da comunidade local e dos alunos matriculados no Ensino Médio, período noturno, da escola instrumento para aplicação das propostas a serem formuladas neste trabalho, privilegiaram-se as informações relacionadas à escolaridade, à renda familiar e ao transporte.

Assim, diante dos dados selecionados, demonstrados no quadro que se segue, estabeleceu-se uma relação filosófica acerca da relação teórica da prática sobre os mesmos.

Quadro 2: Escolaridade dos Pais

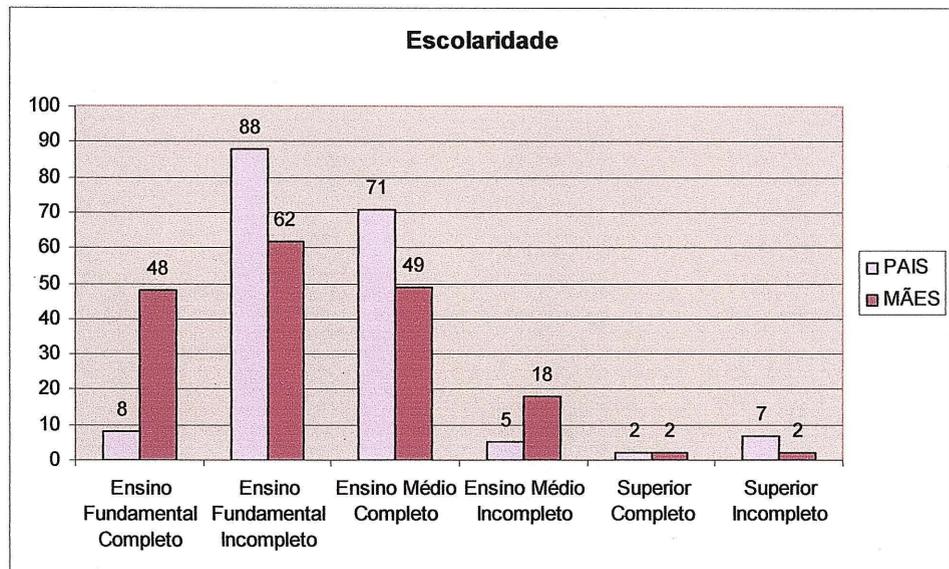
Escolaridade	Pai	Mãe
Ensino Fundamental completo	8	48
Ensino Fundamental incompleto	88	62
Ensino Médio completo	71	49
Ensino Médio incompleto	5	18
Ensino Superior completo	2	2
Ensino Superior incompleto	7	2
Total	179	181

Fonte: Autor da pesquisa

A teoria da prática é uma grande linha de discussão nos estudos que remetem a sociedade em geral, pode-se relacionar essa concepção de forma mais empírica nos gráficos de coleta de campo, onde a prática se dá pela relação entre habitus e campo. Para tornar mais claro esse raciocínio, utiliza-se como referência, o teórico social Pierre Bourdieu, que construiu as teorias de habitus, campo, além de conceituar de maneira muito particular o capital social.

O conceito de campo pode ser entendido como o contexto onde acontece a prática de ação, os resultados se dão nestes contextos, sendo que não se escolhem os elementos de posições estruturais, ou seja, determinados elementos já estão postos na ordem social. O campo, é tido como um fato social total, segundo o antropólogo Marcel Mauss, é um constrangimento lógico e social, ao mesmo tempo. Temos, por exemplo, o campo acadêmico, político, profissional, etc.

Gráfico 1 - ESCOLARIDADE



Fonte: Autor da pesquisa

No quadro “escolaridade”, pode-se analisar que o campo é construído pelas posições estruturais de um capital educacional reprodutivo de pouca representatividade social, ou seja, a linha estruturante delega uma estrutura onde nesse caso o capital relacionado a educação não é modificado. A maioria dos pais dos alunos estão inseridos numa faixa de pouca instrução, variando entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo, em contrapartida os que

possuem ensino superior é bastante pequeno. Uma outra análise de interesse que o gráfico mostra é que os pais tendem a ter ainda um pouco mais de “estudo” do que as mães, demonstrando que ainda permanece resquícios de uma sociedade patriarcal, além também da maior inserção do homem no mercado de trabalho, necessitando dessa forma um pouco mais de conhecimento.

Pode-se analisar que existe pouco nível educacional entre os pais dos alunos, ou seja, não possuem o capital “intelectual”, e por conseqüência, não “investem” nesse próprio capital dos seus filhos. A estrutura tende a permanecer, por mais que não seja uma regra, ela é bastante determinante.

Essa tendência gera conseqüências que se pode verificar nos dois gráficos seguintes, pois a sociedade de classes, onde Karl Marx já analisava, privilegia economicamente quem detém maior capital “intelectual”. Marx, em suas teorias, refere sempre que a luta de classes é algo determinante numa possível mudança estrutural da sociedade, tendo em vista que padrões econômicos dentro do capitalismo determinam posições sociais.

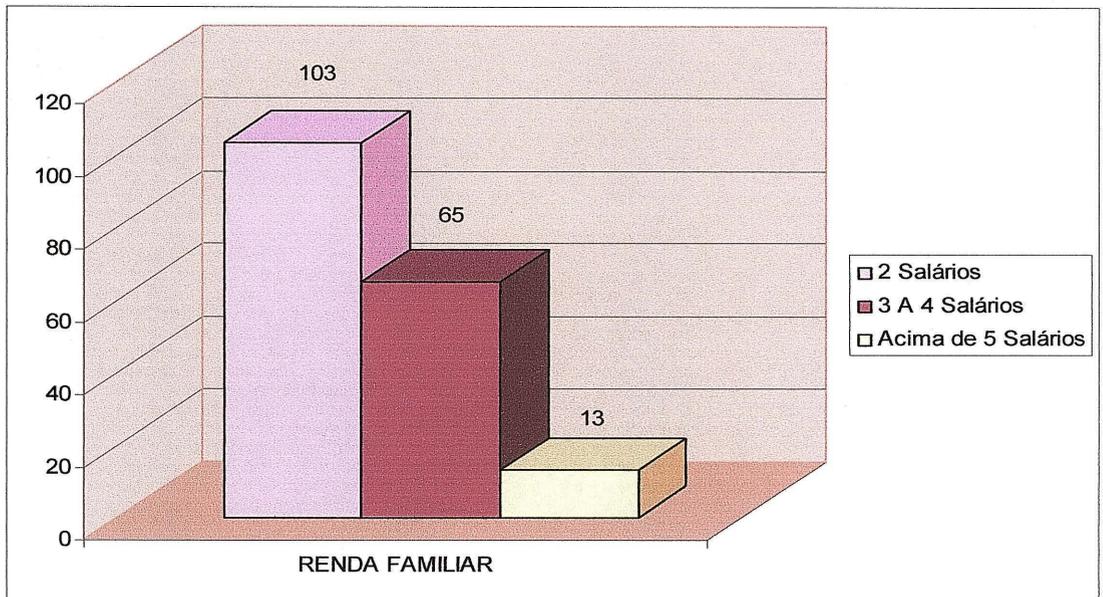
A renda familiar de uma maioria explicita é de apenas dois salários, os que ganham de três salários para cima são em numero reduzidos, e essa tendência se mostra quando o salário é maior. O campo tende à reprodução, com lutas de classes quase sempre a reproduzir o espaço social. O quadro abaixo assim demonstra os dados coletados:

Quadro 3: Renda Familiar

Renda Familiar	
2 salários mínimos	103
3 a 4 salários mínimos	65
Acima de 5 salários mínimos	

Fonte: Autor da pesquisa

Gráfico 2 – RENDA FAMILIAR



Fonte: Autor da pesquisa

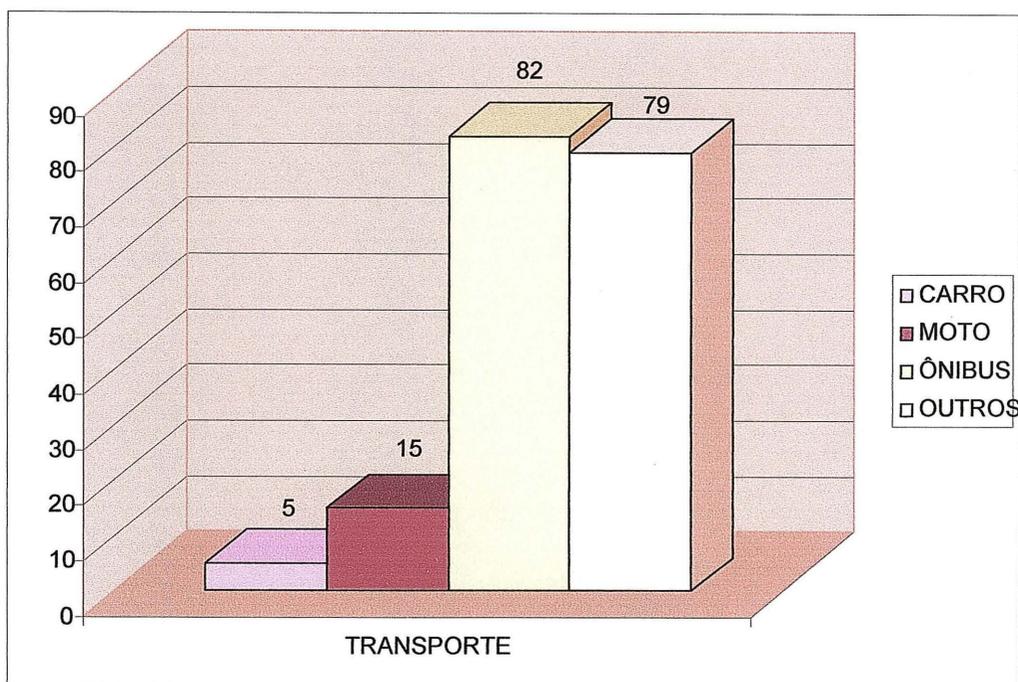
Com o baixo capital econômico, o acúmulo de propriedades é reduzido, isso se comprova no gráfico dos transportes, onde a diferença de quem possui carro ou moto para quem utiliza o transporte público, bicicleta ou se locomove a pé é muito grande.

Quadro 4: Transporte

Carro	Moto	Ônibus	Outros
5	15	82	79

Fonte: Autor da pesquisa

Gráfico 3 - TRANSPORTE



Fonte: Autor da pesquisa

Nos quadros renda e transporte, fica bastante evidente a pouca representatividade econômica dentro dos critérios consumistas do capitalismo, pois as rendas familiares são em sua maioria pequenas e em conseqüência o uso por bens de valores elevados, como automóveis evidentemente também são pequenas.

Os habitus são os princípios geradores de práticas distintas e distintivas, ou seja, o que come o estudante e, sobretudo a sua maneira de comer, o esporte que ele pratica e sua maneira de praticá-lo, as opiniões políticas que são as suas e a sua maneira de exprimi-las, diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes de um grande empresário, mas são também esquemas classificatórios, os princípios de hierarquização, os princípios de visão e divisão, os gostos diferentes. Eles criam diferenças entre o que é bom e o mau, entre o que está bem e o que está mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas estes não são os mesmos. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode aparecer como distinto para um, pretensioso ou banal para outro.

Bourdieu cita da seguinte maneira, como esses habitus são colocados dentro das estruturas sociais:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que

podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, um princípio gerador e estruturador das práticas e das representações [...] (BOURDIEU, 1994, p. 60)

Por fim, pode-se concluir que os “habitus”, são praticas de um padrão de comportamento determinado pelo “capital” que são estruturados pela sociedade e por grupos sociais, definindo muitas vezes o que é o conceito de classe, valores econômicos e perspectivas de vida.

4.6. PROPOSTA PARA RESGATAR A INTERAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE

Entender que uma gestão participativa poderia garantir verdadeiramente mudanças nas relações escolares, de modo que pudesse promover realmente muitas melhorias, seria adotar uma postura imprudente frente às adversidades decorrentes do inesperado.

Também não significa afirmar que a escola ficará desvinculada da burocracia e das regras formais a serem seguidas, até porque sua autonomia e independência são relativas. Mas, é possível construir uma cultura de colaboração capaz de integrar os membros da comunidade escolar com a comunidade local, a fim de que juntos possam promover melhorias para a escola como um todo, independente de interesses particulares.

4.6.1 Aproximação entre Comunidade e Escola: Conhecer a Realidade

Contemplar uma Gestão Participativa promovendo a integração entre a comunidade local e a escola, como estratégia de gestão e de políticas públicas, se acredita, seria de fundamental importância para a reconstrução e resgate de princípios e valores dentro da sociedade.

A escola, durante o período e processo das matrículas, teria a oportunidade de desenvolver um levantamento de dados socioeconômicos das famílias e dos

próprios alunos a serem por ela atendidos, mediante aplicação de questionários ou entrevistas, para que a equipe pedagógica possa conhecer as expectativas em relação aos trabalhos pedagógicos e em relação às mudanças ocorridas no perfil da comunidade.

As informações oriundas desta prática serviriam de subsídios para a elaboração e planejamento de ações voltadas às necessidades da comunidade local, dentro de uma perspectiva da realidade detectada. Dessa forma, tanto as práticas pedagógicas quanto os interesses ou expectativas das famílias em relação ao ensino, estariam mais próximos dos resultados que por ambas fossem consideradas satisfatórias. Daí a importância da escola conhecer a realidade da sua comunidade local, bem como, em contrapartida, da comunidade conhecer as condições e funcionamento da escola, para que juntas, num sentimento de colaboração solidária, encontrem mecanismos e formas mais eficientes, senão, no mínimo mais eficazes, para atender às suas demandas.

A comunidade deveria sentir-se bem vinda na gestão escolar ficando claro que cada qual deveria estar consciente do papel a ser exercido, de modo a evitarem-se atritos no sentido de ultrapassar limites na esfera de atuação. Para que isto ocorra, seria preciso que o Poder Público, também desempenhasse com efetividade e eficácia, sua função. Ou seja, o Estado cumprir o que de fato estabelece a Constituição e outros dispositivos legais, que contemplam a educação.

Entendendo o Brasil como sendo um Estado Democrático de Direito, regido por uma Constituição que estabelece princípios, valores e normas por ele a serem seguidas e executadas, cabe-lhe então, cumprir e fazer cumprir os preceitos por ela emanados. Diante disto, o desenvolvimento de ações e políticas públicas educacionais, deveria estar voltado a discussões e debates em conjunto com as instituições estatais prestadoras de serviços sociais e todos os demais segmentos da sociedade envolvidos, na questão em pauta, que é a educação. Mais precisamente, na perspectiva de uma gestão participativa.

Neste sentido e consoante o disposto no Art. 205, já referenciado neste trabalho, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”, bem como, o Art.206, através do qual expressa que “o ensino será ministrado com base nos

seguintes princípios, destacando-se para efeitos de reflexão também já referidos, os incisos I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei [...]; VI – gestão democrática do ensino público [...] e VII – garantia de padrão de qualidade”, as iniciativas primando pela evolução e avanço no processo educacional, já estariam ganhando forma.

Mas, de que forma isto poderia ocorrer senão pela conjugação de esforços e interesses coletivos comuns, com vistas ao bem-estar da sociedade. Acredita-se, portanto, que o Estado uma vez detentor dos poderes a ele atribuídos através dos representantes soberanamente eleitos pelo povo, na qualidade de gerenciador e administrador dos interesses públicos, deveria ser o primeiro a colocar em prática ações como, por exemplo, pronunciamento nacional no início de cada ano letivo, sobre a importância da participação dos pais e responsáveis nos Conselhos de Escola, assim também, proceder, os governos nas esferas estaduais e municipais. Cada governo poderia usar uma pequena parte de suas verbas publicitárias a fim de promover a gestão participativa na escola.

Torna-se possível acreditar também, que uma vez integradas e interagidas, de forma organizada, escola e comunidade, dentro de uma consciência crítica e coerente com seus interesses comuns, ganham uniformidade diante destes, amadurecem a leitura e interpretação da realidade que os cercam, e, acima de tudo, fortalecem-se em argumentos e posicionamento político. Com isso conquistam as forças necessárias para, democraticamente exigir do Poder Público o efetivo cumprimento de seus deveres.

4.6.2 Práticas e Ações Visando uma Gestão Participativa na Escola

A Escola, no cumprimento do papel de educadora e de formadora do cidadão, reúne forças capazes de promover mudanças de condutas e comportamento sociais, propondo e orientando estudos no sentido de construir uma sociedade mais justa.

Pode-se, então, apresentar como propostas de ações a serem desenvolvidas na escola, o estabelecimento de um diálogo mútuo entre pais e filhos, professores e alunos, pais e professores e comunidade e escola, priorizando as necessidades de

cada um desses segmentos e os problemas ou conflitos existentes, a fim de que, uma vez identificados, possam ser colocados em discussão e debate na tentativa de buscar-se coletivamente os meios para resolvê-los. Cabe neste momento, a escola ressaltar a necessidade de se resgatar princípios e valores sociais e morais, há muito deturpado ou inexistentes nas relações sociais. A elaboração de projetos contemplando os temas discutidos e seu desencadeamento através de subprojetos serviria como instrumento de viabilização de ações comuns, dentro da escola, ao mesmo tempo em que estaria trazendo para seu interior a comunidade, na perspectiva da participação.

Os encontros para estas práticas, desde que ajustadas coletivamente, poderiam ocorrer semanal ou mensalmente. E neste momento, seria pertinente o envolvimento dos representantes do poder público, dos conselhos e associações de bairro, para a configuração efetiva do conceito de participação.

A promoção de outros eventos como gincanas, palestras, confraternização, desenvolvimento de serviços comunitários e de assistência social, envolvendo a escola, pais e alunos e, por conseguinte uma grande maioria dos membros da comunidade local se apresenta também como estratégia de ação no intuito de provocar a participação.

Mobilizar os empresários, comerciantes e políticos da comunidade, para que, através de discussões e debate em reuniões e encontros, se possam estabelecer parcerias e buscar patrocínios que permitam o desenvolvimento dos projetos da escola e da própria comunidade, seria de fundamental importância para incentivar e impulsionar o progresso socioeconômico e cultural local.

Na medida em que os empresários e comerciantes passem a participar dos acontecimentos e do contexto que envolve a comunidade onde estão instalados, apoiando e investindo nos projetos e propostas da escola, bem como, conhecendo o público que dela usufrui, estarão contribuindo para o resgate da auto-estima, e conseqüentemente, de tantos outros princípios e valores morais e sociais, necessários ao harmônico convívio social, de alunos motivados tanto para aprender quanto para vir a compor o mercado de trabalho local. Com isso, ganham os alunos, os empresários e comerciantes, a própria comunidade e o processo ensino-aprendizagem na escola.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Escola, no cumprimento do papel de educadora e de formadora do cidadão, reúne forças capazes de promover mudanças de condutas e comportamento sociais, propondo e orientando estudos no sentido de construir uma sociedade mais justa.

À administração participativa é creditado o alargamento de espaços para incorporar a capacidade criativa e solidária das comunidades escolar e local. Tal prática favorece o despertar de iniciativas e programas a partir das interlocuções, dos diálogos, das críticas e da reflexão, como resposta aos anseios e às necessidades da escola pública e da sociedade que a financia.

O modelo de gestão participativa concorre para a integração entre diversos setores envolvidos com a educação quanto aos processos decisórios visando, de forma geral, a melhoria na qualidade de ensino. Nesse sentido, desponta-se essa gestão como forma de trazer para dentro da escola não só os profissionais pertinentes à mesma, mas também a família e, em instância maior, a sociedade (por intermédio de representantes interessados pela educação e pelo andamento do processo pedagógico), propiciando a esses opinar e tomar decisões em conjunto com a escola.

Compreende-se, aqui, portanto, que a gestão participativa seria o modelo de gestão mais adaptado à escola e ao novo homem da sociedade deste início de milênio por dar mostras de apresentar, como característica marcante, o inconformismo diante de respostas e atitudes ultrapassadas que aprisionam o sujeito, retendo-o nas impossibilidades de emancipação.

O processo de globalização decorrente das transformações socioeconômicas e políticas na sociedade contemporânea, associados à ineficiência e ineficácia no gerenciamento de políticas públicas, provocaram uma série de crises e conflitos sociais, que, por sua vez, abalaram as estruturas institucionais responsáveis pela organização e administração dos interesses públicos. Os avanços tecnológicos e científicos oriundos da modernização também promoveram a desestruturação das bases essenciais da sociedade, da família, da escola e de outras instâncias do convívio social. Princípios e valores sociais e morais romperam-se deixando de ser requisito fundamental na formação do caráter do indivíduo e do cidadão. Portanto, a

Escola ao absorver grande parte dos conflitos existentes, e, diante das dificuldades que passa a enfrentar, acaba por demonstrar-se incapaz de gerenciar esta situação, bem como de compreender sua própria função.

Contemplar uma Gestão Participativa promovendo a integração entre a comunidade local e a escola, como estratégia de gestão e de políticas públicas, se acredita, será de fundamental importância para a reconstrução e resgate de princípios e valores dentro da sociedade.

O modelo de gestão participativa concorre para a integração e interação entre os diversos setores envolvidos com a educação, na medida em que se busca, de forma geral, a melhoria na qualidade de ensino. Nesse sentido, desponta-se essa gestão como forma de trazer para dentro da escola, além dos profissionais que dela fazem parte, também a família e, em instância maior, a sociedade.

O desenvolvimento e a aplicação das propostas apresentadas no trabalho, deverão servir de suporte para implementação de ações pedagógicas e de políticas públicas voltadas à educação. Assim, o trabalho ganhará importância na medida em que estará contribuindo para a melhoria da educação e, principalmente, para a formação profissional e para a satisfação das mínimas necessidades sociais da comunidade envolvida no projeto.

Uma gestão participativa pode não garantir verdadeiramente mudanças nas relações escolares a ponto de promover muitas melhorias. Também não significa afirmar que a escola ficará desvinculada da burocracia e de regras formais a serem seguidas, até porque sua autonomia e independência são relativas. Mas, é possível construir uma cultura de colaboração capaz de integrar os membros da comunidade escolar com a comunidade local, a fim de que juntos possam promover melhorias para a escola como um todo, independente de interesses pessoais.

Para este processo não existe uma fórmula mágica e simples de implementação da Gestão Democrática nas escolas. Para induzir os sujeitos envolvidos a participar deve haver uma elevação de consciência através da compreensão do mundo em que vivem e da posição social na qual se inserem. Nesse sentido, os indivíduos serão instrumentos para transformar a sua própria realidade positivamente.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em Ciências Sociais**. In HIRANO, Sedi (Org.). **Pesquisa Social: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

ALBUQUERQUE, L. G., **Administração Participativa: Modismo ou componente de um novo paradigma de gestão e relações de trabalho?** Revista da ESPM, vol.3, nº 1, (1996).

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7ª Ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, set., 2000ª.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **No município sempre a educação básica do Brasil**. Campo Grande/MS: UCDB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC/ SEF, 1998. Acesso em 01 de outubro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf.

BRUNER, J. S. **Uma nova teoria de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DOWBOR, L. **A reprodução social**. São Paulo, Vozes, 1998.

DRUCKER, Peter F. **Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor**. São Paulo: Futura, 2001.

DRUCKER, Peter F. **A Comunidade do Futuro: idéias para uma nova comunidade**. São Paulo: Futura, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

DURKHEIM, Émile e MAUSS, Marcel. “**Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas**”. Em **Marcel Mauss, Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981, pp. 399-455.

FÉLIX, M. F. C. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

_____. “**Perspectivas atuais da educação**”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: v. 14, n. 2, 2000.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas 1999.

GUEDES, Enildo Marinho. **Curso de Metodologia Científica**. Curitiba: HD LIVROS, 2000.

GUTIERREZ, G. L. **Por que é tão difícil participar?** São Paulo: Paulus, 2004.

HAMPTON, D. R. **Administração contemporânea: teoria, prática e casos**. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1992.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Katia Siqueira de; GIRLING, Robert & KEITH, Sherry. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCOVITCH, Jacques. **Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor**. In: IOSCHPE, E. B. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELLO, Guiomar N. et. al. **Educação e transformação democrática**. São Paulo: Cortez, 1989.

MELVER, R.M. e DE PAULA, Francisco Ferreira. **Teoria Social da Comunidade**. São Paulo: Herder, 1968.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1986.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor – Questão Social: crítica ao padrão de intervenção social**.

MOREIRA, Marco Antonio. **Ensino e Aprendizagem: enfoques teóricos**. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

NAGEL, L. H. Educação e desenvolvimento na pós-modernidade: algumas reflexões. **II Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**, UNIOESTE, CASCAVEL, outubro de 2005.

Nova Escola, São Paulo, n. 152, p. 8ª, 45, Editora Abril, maio, 2002.

_____ n. 171, p. 36, Editora Abril, abril, 2004.

_____ n.177, p 20-22, Editora Abril, novembro, 2004.

OLIVEIRA, G. J. de. **Terceiro Setor, Empresas e Estado: Novas Fronteiras entre o Público e o Privado**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

OLIVEIRA, L. B. A. **Tecnologia educacional: teorias da instrução**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1973.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PEREIRA, C. F. de O. **O Novo Direito Administrativo Brasileiro: O Estado, As Agências e o Terceiro Setor**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

PIERSON, Donald. **Teoria e pesquisa em sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

Revista de Direito do Terceiro Setor – RDTS, Ano 1, n.1, Jan/Jun.2007. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jaury et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas 1999.

RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso**. São Paulo: Makron Books, 2005.

ROSSI, Paolo. **Naufraágios sem espectador: A idéia de progresso**. São Paulo: UNESP, 2000.

RUMMEL, J. Francis. **Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação**. 3ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: DP & A editora, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SIMAN, Lana Mara de Castro. "A temporalidade histórica como categoria central do pensamento histórico: desafios para o ensino e a aprendizagem". In: DE ROSSI, Vera L. e ZAMBONI, Ernesta (Orgs.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas: Alínea, 2003, p.109-143.

SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: Herder, 1972.

SNYDERS, G. **A alegria na escola**. São Paulo, Ed. Manole, 1988.

SNYDERS, G. **Pedagogia Progressista**. São Paulo: Eduart-Edusp, 1974.

Portal do MEC – www.pedagogiaemfoco.pro.br : acessado em 02/04/2009.

www.inep.gov.br: acessado em 06/04/2009.

www.tvebrasil.com.br: acessado em 02/04/2009.

7. APÊNDICES

7.1. APÊNDICE I – Questionário Sobre o Perfil Socioeconômico das Famílias dos Alunos

APENDICE I: Questionário para Pesquisa de Campo
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS MATRICULADOS NO COLÉGIO
ESTADUAL PROFESSORA MARIA AGUIAR TEIXEIRA

A presente pesquisa tem por objetivo o levantamento do perfil socioeconômico das famílias que têm filhos (as) matriculados no Ensino Médio, noturno, do Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, a fim de compor o Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná e da Escola de Governo.

Primando pelo sucesso da presente pesquisa, solicitamos sua participação no preenchimento do questionário em anexo. Salientamos que as informações prestadas serão mantidas em sigilo, uma vez que somente serão utilizados os dados agregados. Nenhum entrevistado será identificado individualmente em relatórios ou publicações.

Diante do exposto e na certeza de poder contar com a sua valiosa colaboração, desde já agradecemos.

01. Qual o seu estado civil?
 - (A) Solteiro (a).
 - (B) Casado (a).
 - (C) Separado (a)/desquitado(a)/divorciado(a).
 - (D) Viúvo (a).
 - (E) Outro.
02. Qual o seu sexo?
 - (A) Feminino.
 - (B) Masculino.
03. Em que ano você nasceu?
()
04. Quantos filhos você tem?
 - (A) Nenhum.
 - (B) Um.
 - (C) Dois.
 - (D) Três.
 - (E) Quatro ou mais.
06. Qual a faixa de renda mensal das pessoas que moram em sua casa?
 - (A) 1 salário-mínimo.
 - (B) 2 salário-mínimo.
 - (C) 3 a 4 salários-mínimos.
 - (D) acima de 5 salários-mínimos.
07. Quantos membros de sua família moram com você?
 - (A) Nenhum.
 - (B) Um ou dois.
 - (C) Três ou quatro.
 - (D) Cinco ou seis.
 - (E) Mais do que seis.
08. Qual o seu grau de escolaridade?
 - (A) Nenhuma escolaridade.
 - (B) Ensino Fundamental: de 1ª a 4ª série.
 - (C) Ensino Fundamental: de 5ª a 8ª série.
 - (D) Ensino Médio.
 - (E) Superior.
09. Qual o grau de escolaridade do cônjuge?
 - (A) Nenhuma escolaridade.
 - (B) Ensino Fundamental: de 1ª a 4ª série.
 - (C) Ensino Fundamental: de 5ª a 8ª série.
 - (D) Ensino Médio.
 - (E) Superior.

10. Possui carro ou moto:
 - (A) Sim, tenho carro.
 - (B) Não tenho carro.
 - (C) Sim, tenho moto.
 - (D) Não tenho moto.
 - (E) Tenho carro e moto.
11. A localização da empresa onde você trabalha:
 - (A) fica próxima da sua residência.
 - (B) fica em outro bairro.
 - (C) fica em outro município.
 - (D) trabalho em casa.
12. O cônjuge também trabalha?
 - (A) Sim.
 - (B) Não.
13. Qual o meio de transporte que você mais utiliza?
 - (A) Coletivo (ônibus e lotação).
 - (B) Carro particular.
 - (C) Moto.
 - (D) Táxi.
 - (E) Bicicleta.
 - (F) Outros.
14. Quais os tipos de livros que você mais lê?
 - (A) Obras literárias de ficção.
 - (B) Obras literárias de não-ficção.
 - (C) Livros técnicos.
 - (D) Livros de auto-ajuda.
 - (E) Outros.
 - (F) Não lê.
15. Com que frequência você lê jornal?
 - (A) Diariamente.
 - (B) Algumas vezes por semana.
 - (C) Somente aos domingos.
 - (D) Raramente.
 - (E) Nunca.
16. Que meio você mais utiliza para se manter atualizado sobre os acontecimentos do mundo contemporâneo?
 - (A) Jornais.
 - (B) Revistas.
 - (C) TV.
 - (D) Rádio.
 - (E) Internet.
17. Das atividades artístico-culturais listadas abaixo, qual constitui sua preferência para o lazer?
 - (A) Cinema.
 - (B) Espetáculos teatrais.
 - (C) Shows musicais e/ou concertos.
 - (D) Dança.
 - (E) Nenhuma.
18. Possui TV em sua casa?
 - (A) uma.
 - (B) duas.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
19. Possui videocassete e/ou DVD:
 - (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.

20. Possui rádio:
- (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
21. Possui microcomputador:
- (A) Sim.
 - (B) Não.
22. Geladeira:
- (A) uma.
 - (B) duas.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
23. Telefone fixo:
- (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
24. Telefone celular:
- (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
25. Acesso à Internet:
- (A) Sim.
 - (B) Não.
27. Com que frequência participa das atividades ou eventos promovidos pela escola onde estuda (m) seu (s) filho (s):
- (A) Sempre participo.
 - (B) Raramente participo.
 - (C) Não participo.
 - (D) Pelo menos uma vez no ano.

7.2. APÊNDICE II – Questionário Sobre o Perfil Socioeconômico dos Alunos

APENDICE II: Questionário para Pesquisa de Campo**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA MARIA AGUIAR TEIXEIRA**

A presente pesquisa tem por objetivo o levantamento do perfil socioeconômico dos alunos do Ensino Médio, noturno, do Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, a fim de compor o Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná e da Escola de Governo.

Primando pelo sucesso da presente pesquisa, solicitamos sua participação no preenchimento do questionário em anexo. Salientamos que as informações prestadas serão mantidas em sigilo, uma vez que somente serão utilizados os dados agregados. Nenhum entrevistado será identificado individualmente em relatórios ou publicações.

Diante do exposto e na certeza de poder contar com a sua valiosa colaboração, desde já agradecemos.

01. Qual o seu estado civil?
 - (A) Solteiro (a).
 - (B) Casado (a).
 - (C) Separado (a)/desquitado(a)/divorciado(a).
 - (D) Viúvo (a).
 - (E) Outro.
02. Qual o seu sexo?
 - (A) Feminino.
 - (B) Masculino.
03. Em que ano você nasceu?
()
04. Quantos irmãos você tem?
 - (A) Nenhum.
 - (B) Um.
 - (C) Dois.
 - (D) Três.
 - (E) Quatro ou mais.
05. Quantos filhos você tem?
 - (A) Nenhum.
 - (B) Um.
 - (C) Dois.
 - (D) Três.
 - (E) Quatro ou mais.
06. Com quem você mora atualmente?
 - (A) Com os pais e/ou outros parentes.
 - (B) Com esposo (a) e/ou filho(s).
 - (C) Com amigos (compartilhando despesas ou de favor).
 - (D) Com colegas em alojamento universitário.
 - (E) Sozinho (a).
08. Qual a faixa de renda mensal das pessoas que moram em sua casa?
 - (A) 1 salário-mínimo.
 - (B) 2 salário-mínimo.
 - (C) 3 a 4 salários-mínimos.
 - (D) acima de 5 salários-mínimos.
09. Quantos membros de sua família moram com você?
 - (A) Nenhum.
 - (B) Um ou dois.
 - (C) Três ou quatro.
 - (D) Cinco ou seis.
 - (E) Mais do que seis.

10. Assinale a situação abaixo que melhor descreve seu caso:

- (A) Não trabalho e meus gastos são financiados pela família.
 - (B) Trabalho e recebo ajuda da família.
 - (C) Trabalho e me sustento.
 - (D) Trabalho e contribuo com o sustento da família.
 - (E) Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.
11. Qual o grau de escolaridade do seu pai?
- (A) Nenhuma escolaridade.
 - (B) Ensino Fundamental: de 1ª a 4ª série.
 - (C) Ensino Fundamental: de 5ª a 8ª série.
 - (D) Ensino Médio.
 - (E) Superior.
12. Qual o grau de escolaridade de sua mãe?
- (A) Nenhuma escolaridade.
 - (B) Ensino Fundamental: de 1ª a 4ª série.
 - (C) Ensino Fundamental: de 5ª a 8ª série.
 - (D) Ensino Médio.
 - (E) Superior.
13. Idade em que começou a exercer atividade remunerada:
- (A) Antes dos 14 anos.
 - (B) Entre 14 e 16 anos.
 - (C) Entre 16 e 18 anos.
 - (D) Após 18 anos.
 - (E) Nunca trabalhou.
14. A escola em que você estuda, fica próxima da sua residência?
- (A) Sim.
 - (B) Não.
15. Possui carro ou moto:
- (A) Sim, tenho carro.
 - (B) Não tenho carro.
 - (C) Sim, tenho moto.
 - (D) Não tenho moto.
 - (E) Tenho carro e moto.
16. Depende de transporte para deslocar até à escola?
- (A) Sim.
 - (B) Não.
17. Qual o meio de transporte que você mais utiliza?
- (A) Coletivo (ônibus e lotação).
 - (B) Carro particular.
 - (C) Moto.
 - (D) Táxi.
 - (E) Bicicleta.
 - (F) Outros.
18. Excetuando-se os livros escolares, quantos livros você leu no presente ano?
- (A) Nenhum.
 - (B) No máximo dois.
 - (C) Entre três e cinco.
 - (D) Entre seis e oito.
 - (E) Oito ou mais.
19. Quais os tipos de livros que você mais lê?
- (A) Obras literárias de ficção.
 - (B) Obras literárias de não-ficção.
 - (C) Livros técnicos.
 - (D) Livros de auto-ajuda.
 - (E) Outros.
20. Com que frequência você lê jornal?
- (A) Diariamente.
 - (B) Algumas vezes por semana.
 - (C) Somente aos domingos.

- (D) Raramente.
 - (E) Nunca.
21. Que meio você mais utiliza para se manter atualizado sobre os acontecimentos do mundo contemporâneo?
- (A) Jornais.
 - (B) Revistas.
 - (C) TV.
 - (D) Rádio.
 - (E) Internet.
22. Com que frequência você utiliza a biblioteca de sua instituição?
- (A) A instituição não tem biblioteca.
 - (B) Nunca a utilizo.
 - (C) Utilizo raramente.
 - (D) Utilizo com razoável frequência.
 - (E) Utilizo muito frequentemente.
23. Das atividades artístico-culturais listadas abaixo, qual constitui sua preferência para o lazer?
- (A) Cinema.
 - (B) Espetáculos teatrais.
 - (C) Shows musicais e/ou concertos.
 - (D) Dança.
 - (E) Nenhuma.
24. Possui TV em sua casa?
- (A) uma.
 - (B) duas.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
25. Possui videocassete e/ou DVD:
- (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
26. Possui rádio:
- (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
27. Possui microcomputador:
- (A) Sim.
 - (B) Não.
28. Geladeira:
- (A) uma.
 - (B) duas.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
29. Telefone fixo:
- (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
30. Telefone celular:
- (A) um.
 - (B) dois.
 - (C) três ou mais.
 - (D) não tem.
31. Acesso à Internet:
- (A) Sim.
 - (B) Não.

7.3. APÊNDICE III – Quadro de Levantamento de Dados

APENDICE III: LEVANTAMENTO DE DADOS													
Nº	SEXO		ESCOLARIDADE		RENDA FAM.	TELEFONE		TRABALHAM	IDADE	TRANSPORTE			
	M	F	PAI	MÃE		CEL.	FIXO			CARRO	MOTO	ÔNIBUS	OUTROS
1		1	EF INC	EF INC	2 S.		1	NÃO	18				1
2		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1	1	NÃO	18			1	
3		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.		1	NÃO	18			1	
4	1		EM COMP	EM COMP	AC DE 5 S.		1	NÃO	19		1		
5		1	EM COMP	EM COMP	AC DE 5 S.		1	NÃO	19	1			
6		1	EM COMP	EM COMP	AC DE 5 S.		1	NÃO	18			1	
7	1		EM COMP	EM COMP	AC DE 5 S.		1	NÃO	17			1	
8	1		EF COMP	EM COMP	3 A 4 S.		1	NÃO	17			1	
9		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1	1	SIM	25			1	
10	1		EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.		1	SIM	20		1		
11	1		EF INC	EF INC	2 S.		1	SIM	20			1	
12	1		EF INC	EF COMP	2 S.		1	SIM	22			1	
13		1	EF INC	EF INC	2 S.		1	NÃO	17				1
14		1	SUP. INC	EM COMP	AC DE 5 S.		1	SIM	20	1			
15	1		EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.		1	NÃO	16				1
16	1		EF COMP	EM COMP	3 A 4 S.		1	SIM	19				1
17	1		SUP. COMP	SUP. COMP	AC DE 5 S.		1	NÃO	19			1	
18	1		EF INC	EF INC	2 S.		1	SIM	33			1	
19	1		EM COMP	EM COMP	2 S.		1	NÃO	18				1
20	1		EF COMP	EM COMP	3 A 4 S.		1	NÃO	16			1	
21		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.		1	NÃO	18			1	
22	1		EM INC	EM INC	3 A 4 S.		1	NÃO	17				1
23	1		EF INC	EM COMP	2 S.		1	NÃO	16				1
24		1	EM COMP	EM INC	2 S.		1	SIM	19			1	
25	1		EM COMP	EM INC	2 S.		1	SIM	21			1	
26		1	EM COMP	EF INC	3 A 4 S.		1	NÃO	17			1	
27		1	EM COMP	EM INC	3 A 4 S.		1	SIM	18			1	

28		1	EF INC	EF INC	2 S.				1	SIM	18					1
29	1		EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.				1	SIM	18					1
30	1		EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.				1	SIM	18					1
31	1		EF COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	18				1	
32		1	EF INC	EF INC	2 S.				1	SIM	18					1
33		1	EF INC	EF INC	2 S.	1			1	NÃO	15					1
34		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	16					1
35		1	EF INC	EF INC	2 S.	1			1	NÃO	14					1
36	1		EF INC	EM COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	17				1	
37	1		EF INC	EF INC	2 S.					NÃO	17					1
38	1		EF COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	15					1
39	1		EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	17					1
40	1		EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1			1	SIM	19					1
41	1		EF INC	EF INC	2 S.				1	NÃO	16					1
42	1		EF INC	EF COMP	2 S.				1	SIM	19					1
43	1		EF INC	EF INC	2 S.				1	NÃO	17					1
44		1	SUP. INC	EM COMP	AC DE 5 S.	1			1	NÃO	16				1	
45		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	17				1	
46	1		EF COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1			1	SIM	18				1	
47	1		EF INC	EF INC	2 S.				1	NÃO	15					1
48		1	EF INC	EF COMP	2 S.					NÃO	17					1
49	1		EF INC	EF INC	2 S.					NÃO	16					1
50		1	EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	17					1
51		1	EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	19					1
52		1	EF INC	EF INC	2 S.	1				NÃO	14					1
53	1		EF INC	EF COMP	2 S.	1				NÃO	18					1
54		1	EF INC	EF INC	2 S.	1				NÃO	18					1
55	1		EF INC	EF COMP	2 S.				1	NÃO	16					1
56		1	EF INC	EF INC	2 S.				1	SIM	20				1	
57	1		EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1			1	NÃO	17				1	
58		1	EF INC	EF INC	2 S.	1				NÃO	15					1
59	1		EF INC	EF COMP	2 S.					NÃO	17				1	

91	1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1	1	SIM	24	1	
92	1	EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1	1	NÃO	18	1	
93	1	EF INC	EF INC	2 S.			SIM	18		1
94	1	EF INC	EF COMP	2 S.			NÃO	16		1
95		1	EF INC	2 S.			NÃO	17		1
96	1	SUP. INC	EM COMP	AC DE 5 S.	1	1	SIM	21	1	
97	1	EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1	1	SIM	18	1	
98		1	EM COMP	3 A 4 S.	1	1	SIM	19		1
99		1	EF INC	2 S.	1		SIM	19		1
100	1	EF INC	EF COMP	2 S.			SIM	18		1
101		1	EF INC	2 S.			NÃO	17		1
102	1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1		NÃO	15		1
103	1	EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1		SIM	20	1	
104	1	EF INC	EF INC	2 S.			SIM	21	1	
105	1	EF INC	EF COMP	2 S.			SIM	22		1
106	1	EF INC	EF INC	2 S.			SIM	30	1	
107	1	SUP. INC	EM COMP	AC DE 5 S.	1	1	SIM	18	1	
108	1	EF INC	EF COMP	2 S.			SIM	18		1
109	1	EF INC	EF INC	2 S.			NÃO	16		1
110	1	EM COMP	EF COMP	3 A 4 S.	1	1	NÃO	17		1
111	1	EF INC	EF INC	2 S.			SIM	18		1
112	1	EF INC	EF COMP	2 S.			SIM	18		1
113	1	EF INC	EF INC	2 S.			SIM	20	1	
114		1	EF INC	2 S.			SIM	18		1
115	1	EF INC	EF COMP	2 S.			NÃO	15		1
116		1	EF INC	2 S.			NÃO	18		1
117	1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1	1	SIM	19		1
118	1	EM INC	EM INC	3 A 4 S.	1	1	NÃO	17		1
119	1	EF INC	EM COMP	2 S.			SIM	18		1
120		1	EM COMP	2 S.			NÃO	16		1
121	1	EM COMP	EM INC	2 S.			NÃO	22		1
122		1	EM COMP	3 A 4 S.	1	1	NÃO	16		1

155		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1	1		NÃO	17			1	
156	1		EM COMP	EM INCON	2 S.				SIM	18			1	
157		1	EM COMP	EM INCON	2 S.				SIM	18			1	
158	1		EM COMP	EF INC.	3 A 4 S.	1	1		NÃO	17				1
159		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.	1	1		NÃO	19			1	
				EF										
160		1	EM COMP	COMPLE	3 A 4 S.	1	1		NÃO	16			1	
161	1		EF INC	EF INC	2 S.				NÃO	17				1
162		1	EF INC	EF COMP	2 S.				SIM	19				1
163	1		EF INC	EF INC	2 S.				NÃO	17				1
164	1		EF INC	EF INC	2 S.				SIM	18				1
165		1	EF INC	EF COMP	2 S.				NÃO	17				1
166	1		EF INC	EF INC	2 S.				SIM	19			1	
167		1	EM COMP	EM COMP	3 A 4 S.		1		SIM	18			1	
168	1		EM INC	EM INC	3 A 4 S.		1		SIM	19			1	
169		1	EF INC	EM COMP	2 S.				SIM	19			1	
170		1	EM COMP	EM INC	2 S.				NÃO	17				1
171			EM COMP	EM INC	2 S.				NÃO	18				1
172	1		EM COMP	EF INC	3 A 4 S.	1			SIM	24			1	
173	1		EF INC	EF INC	2 S.				SIM	21				1
174		1	EF INC	EF COM	2 S.				NÃO	16				1
175		1	EF INC	EF INC	2 S.				SIM	32				1
176		1	EM COM	EF COMP	3 A 4 S.	1			NÃO	17			1	
177		1	EF INC	EF INC	2 S.				NÃO	20				1
178	1		EF INC	EF COMP	2 S.				SIM	18			1	
179	1		EF INC	EF INC	2 S.				SIM	18			1	
180	1		EF INC	EF COMP	2 S.				NÃO	17				1
181		1	EF INC	EF INC	2 S.				NÃO	16				1
	108	73		S/FREQ. 9	TRANS. 4	74	101				5	15	82	79

8. ANEXOS

8.1. ANEXO I – Educação Profissional

ANEXO I: Educação Profissional

A Educação Profissional destaca-se como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial. Os desafios estão relacionados aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das organizações que, agora, enfrentam mercados globalizados, extremamente competitivos. Com isso, surgem também novas exigências em relação ao desempenho dos profissionais.

Dessa forma, a educação não poderia ficar alheia a essas transformações, passando a oferecer cursos que favoreçam a perspectiva de melhoria na qualidade de vida e facilitem o acesso de jovens e adultos ao mercado de trabalho.

A LDBN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), contempla a educação profissional nos artigos:

Art.39 - A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art.40 - A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art.41 - O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art.42 - As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionados a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

8.2. ANEXO II – Ensino Superior

ANEXO II: Ensino Superior

O capítulo IV da LDBN, que trata da Educação Superior, mediante:

Art. 43 - A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art.44 - A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

- I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art.45 - A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização.

Art.46 - A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º. Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

§ 2º. No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47 - Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º. As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º. É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação à distância.

§ 4º. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art.48 - Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º. Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º. Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós – graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art.49 - As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências ex-offício dar-se-ão na forma da lei.

Art.50 - As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art.51 - As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art.52 - As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Art.53 - No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

Art.54 - As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.

§ 1º. No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

- I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
- IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º. Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art.55 - Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art.56 - As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art.57 - Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.